

**ipea**

Instituto de Planejamento Econômico e Social

**IPLAN**

Instituto de Planejamento

Acompanhamento de Políticas Públicas

nº 003

Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda

Coordenadoria de Emprego e Salários

 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Instituto de Planejamento - IPLAN

Acompanhamento de Políticas Públicas

nº 003

Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda

Coordenadoria de Emprego e Salários

O IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social, é uma fundação vinculada à SEPLAN, composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisas (INPES), Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC) e Instituto de Programação e Orçamento (INOR).

Ministro-Chefe da SEPLAN: João Batista de Abreu

Presidente do IPEA: Ricardo Luís Santiago

Superintendente do IPLAN: Flávio Rabelo Versiani

Superintendentes-Adjuntos do IPLAN: Joaquim Pinto de Andrade

Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento: Guilherme Costa Delgado

Coordenadoria de Educação e Cultura: Divonzir Arthur Gusso

Coordenadoria de Emprego e Salários: Ricardo Roberto de Araújo Lima

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional: Aureo Miranda

Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: Edgar Bastos

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia: Francisco Almeida Biató

Coordenadoria de Minas e Energia: José Cechin

Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico: João do Carmo Oliveira

Coordenadoria de Saúde e Previdência Social: Maria Emília Rocha Mello de Azevedo

Coordenadoria de Setor Externo: Renato Coelho Baumann das Neves

Coordenadoria de Transportes e Comunicações: Sérgio de Azevedo Marques

ACOMPANHAMENTO DO NÍVEL DE EMPREGO E RENDA

CES/IPLAN/IPEA  
Ismael Carlos Oliveira  
Manoel Rodrigues dos Santos Júnior  
Eugênio Pacelli Ribeiro

## S U M Á R I O

### MERCADO DE TRABALHO EM 1987: NÍVEL DE EMPREGO ESTÁVEL E QUEDA NOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES

1. INTRODUÇÃO	01
2. DESEMPREGO	02
2.1. Informações do IBGE	02
2.2. Informações do DIEESE/SEADE	03
2.3. Seguro-Desemprego	03
3. EMPREGO	04
3.1. Informações da Lei 4923/65 MTb	04
3.2. Informações da FIESP	06
4. RENDIMENTOS	07
4.1. Informações do IBGE	07
4.2. Informações da FIESP	11
4.3. Salário Mínimo	12
5. OBSERVAÇÕES FINAIS	13
TABELAS E GRÁFICOS	17

MERCADO DE TRABALHO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1988:  
MANUTENÇÃO DO EMPREGO E MELHORIA DOS RENDIMENTOS

1. INTRODUÇÃO	28
2. DESEMPREGO	29
2.1. Informações do IBGE	29
2.2. Informações do DIEESE/SEADE	30
2.3. Seguro-Desemprego	32
3. EMPREGO	33
3.1. Informações da Lei 4923/65 MTb	33
3.2. Informações da FIESP	34
4. RENDIMENTOS	35
4.1. Informações do IBGE	35
4.2. Informações da FIESP	37
4.3. Salário Mínimo	38
5. OBSERVAÇÕES FINAIS	38
TABELAS E GRÁFICOS	40

MERCADO DE  
TRABALHO EM 1987:  
NÍVEL DE EMPREGO ESTÁVEL E  
QUEDA NOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho em 1987, depois do desempenho observado em 1986, mostrou um comportamento divergente quando se associa a atividade econômica às taxas de desemprego e subemprego da força de trabalho. Enquanto estes indicadores refletem uma certa estabilidade, a economia apresentou uma grande queda em sua taxa de crescimento. Entretanto, o nível de emprego do setor organizado apresentou resultados compatíveis com a evolução do produto nacional, indicando que neste ano o setor informal foi o grande responsável pela absorção do aumento da oferta de mão-de-obra.

Por outro lado, os salários e os rendimentos dos trabalhadores brasileiros sofreram grandes perdas em 1987, tanto no que se refere ao poder de compra do salário mínimo, como aos rendimentos e salários médios de todos os segmentos do mercado de trabalho, com destaque para as regiões e as categorias de trabalhadores menos estruturadas.

## 2. DESEMPREGO

### 2.1. Informações do IBGE

Apesar da queda abrupta no ritmo de crescimento da economia brasileira de 8,0% para 2,9%, de 1986 para 1987, as taxas de desemprego aberto da população economicamente ativa não mostraram grande elevação. Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas mensalmente pelo IBGE (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) a taxa média de desemprego durante 1987 foi de 3,73% da força de trabalho (em 1986 tinha sido de 3,59%). Entretanto, em junho de 1987, a taxa média de desemprego para as seis regiões metropolitanas atingiu seu maior valor (4,47%), superando todas as taxas observadas nos últimos 24 meses (Tabela 1, Gráfico 1).

Os dados mostram pouca sensibilidade da taxa de desemprego metropolitano frente às variações da produção computada nas contas nacionais, principalmente porque, em 1987, o pouco crescimento do emprego formal metropolitano foi compensado pelo aumento da ocupação no setor informal, notadamente nas atividades terciárias.

Confirmando tais tendências, as taxas setoriais de desemprego mostram um ligeiro aumento na indústria, compensado pela queda da desocupação no setor serviços (Tabela 2, Gráfico 2).



Quer dizer: o mais organizado setor industrial transferiu mão-de-obra para o setor que normalmente acomoda a maior parte dos trabalhadores informais.

## 2.2. Informações do DIEESE/SEADE

Contrariamente ao ocorrido com a pesquisa do IBGE anteriormente analisada, os resultados apresentados pelo DIEESE/SEADE mostram queda no desemprego entre 1986 e 1987, apesar da aceleração verificada no segundo semestre de 1987 comparativamente ao mesmo período de 1986. (Tabela 3, Gráfico 3).

As taxas de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento comportaram-se de forma similar em 1987. Para os primeiros meses de 1988 espera-se um incremento nas taxas de desemprego, como resultado do desempenho da atividade econômica no final de 1987.

## 2.3. Seguro-Desemprego

O Programa Seguro-Desemprego beneficiou 860 mil trabalhadores entre julho de 1986 até dezembro de 1987, tendo atendido 66,2% dos 1.300 mil requerentes (Tabela 4, Gráfico 4). Embora este índice de habilitação já se situe em torno de 70,0% nos meses

mais recentes, a principal causa de exclusão de requerentes continua sendo o não atendimento ao requisito de 36 contribuições à previdência social nos últimos 48 meses.

Ainda que o aspecto cobertura não seja mais tão relevante como no início do programa para explicar o aumento no número de requerentes, é significativo ressaltar que tem havido crescimento no percentual de requerentes em relação aos dispensados, que passou de 15,2% em janeiro de 1987 para 20,6% no final deste ano.

Para a implementação definitiva do programa, ainda permanece indefinida a questão das fontes de financiamento, a despeito dos esforços realizados pelo Ministério do Trabalho e das decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Além disso, a cobertura deverá se expandir, não só pelas condições do mercado de trabalho no futuro imediato, como também pela perspectiva de extensão dos benefícios do programa aos trabalhadores que atualmente não se enquadram nos requisitos vigentes.

### 3. EMPREGO

#### 3.1. Informações da Lei 4923/65 MTb

O fraco desempenho da economia brasileira em 1987 refletiu-se de forma mais direta no comportamento do setor formal do mercado de trabalho. O Cadastro Geral de Empregados e Desem-

pregados do Ministério do Trabalho registrou a criação de 162,8 mil empregos durante todo o ano, representando crescimento de apenas 0,8% em relação ao total de postos de trabalho do final de 1986, e um declínio significativo comparativamente à geração de 1,9 milhão de empregos nos dois anos precedentes (Tabela 5, Gráfico 5).

Setorialmente, a queda do emprego na indústria de transformação (-151,6 mil postos de trabalho) e na construção civil (-2,9 mil postos de trabalho) foi compensada pelo crescimento do nível de emprego nos demais setores, notadamente em serviços, com incremento de 235,5 mil postos de trabalho.

O comportamento do emprego na indústria de transformação acompanhou a variação da produção manufatureira, principalmente quanto ao menor desempenho da indústria paulista frente ao resto do País (crescimento de 0,9% na indústria brasileira em 1987 e de 0,2% na indústria paulista) e quanto ao decréscimo da produção e do emprego nos ramos de material de transporte (variação de -10,1% na produção e de -5,5% no emprego) e têxtil, vestuário e calçados (variações entre -0,6% e -9,9% na produção e de -5,9% a -9,5% no emprego industrial).

### 3.2. Informações da FIESP

O nível de emprego da indústria paulista informado pela FIESP (Tabela 6, Gráfico 6) mostrou incremento de 2,1% na média de 1987 relativamente à de 1986, corroborando, desta forma, a variação verificada no levantamento do Ministério do Trabalho, de 2,4% no emprego manufatureiro do Estado de São Paulo.

Até o primeiro semestre de 1987, a indústria paulista ainda permanecia em um processo de recomposição de estoques e normalização da produção, como resultado da pressão de demanda ocorrida no ano anterior. Retomado em 1984, após os anos recessivos de 1981/83, o nível de emprego industrial havia logrado atingir em meados de 1987 o mesmo patamar observado em 1980.

A partir daí, a queda do salário real, a elevação das taxas de juro e a adaptação do setor às medidas de estabilização então implementadas repercutiram negativamente na atividade industrial, provocando uma leve retração no pessoal ocupado, retração que se mantém até o início de 1988. Esta baixa só não foi mais acentuada devido ao incremento sazonal das festas natalinas e à intensificação da produção de bens destinados à exportação.

#### 4. RENDIMENTOS

##### 4.1. Informações do IBGE

O rendimento médio dos trabalhadores brasileiros das áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, pesquisado pela PME/IBGE, sofreu uma perda de 11,3% em 1987 comparativamente a 1986. Este resultado coloca o valor da remuneração média em patamar 7,8% superior aos seis meses da fase pré-Cruzado e 15,3% acima da média de 1985, após ter alcançado uma elevação de 30,0% em 1986 relativamente a 1985.

ÁREAS METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE.  
RENDIMENTO MÉDIO ANUAL DAS PESSOAS OCUPADAS

ANO	VALOR MÉDIO	VARIAÇÕES
	CZ\$ DE MAR/86	ANUAIS (%)
1983	2 632	--
1984	2 305	-12,42
1985	2 403	4,21
1986	3 123	29,98
1987	2 770	-11,29

Fonte: PME/IBGE

Durante a fase da escala móvel de salários até julho de 1987, a renda das pessoas ocupadas vinha apresentando tendência descendente, evidenciando que o gatilho salarial não estava mantendo o poder de compra dos assalariados e, por conseguinte, das demais categorias de ocupados, em razão principalmente da aceleração inflacionária do período. A partir de agosto o rendimento médio dos trabalhadores ocupados naquelas regiões metropolitanas voltou a subir, em parte como resultado do congelamento de preços e, em parte, como consequência da concentração de datas-bases nesses meses e da antecipação dos resíduos inflacionários, notadamente para os empregados com carteira (Tabelas 7 e 8, Gráficos 7 e 8).

Os dados apurados para esses trabalhadores com carteira assinada mostram queda de 11,0% em 1987 relativamente ao ano anterior para as quatro regiões metropolitanas apresentadas, indicando um nível, em 1987, 5,9% superior ao de 1985, mas 3,0% inferior ao de 1983. Isso demonstra que o aumento do poder de compra dos assalariados com carteira em 1986 (19,1%), parcialmente corroído pela queda do ano seguinte, não foi suficiente para recompor o salário praticado no pior ano da crise do início da atual década.

ÁREAS METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO  
E PORTO ALEGRE  
RENDIMENTO MÉDIO ANUAL DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA

ANO	VALOR MÉDIO	VARIAÇÃO
	CZ\$ DE MAR/86	ANUAL (%)
1983	2 861	--
1984	2 551	-10,70
1985	2 620	2,54
1986	3 119	19,06
1987	2 774	-11,05

Fonte: PME/IBGE

Outra informação que se pode destacar dos dados apresentados é que o rendimento médio dos ocupados varia para cima ou para baixo sempre em taxas maiores que o dos empregados com carteira, fenômeno já amplamente discutido e atribuído ao Plano Cruzado, mas que se observa no período de 1983 a 1986, quando os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira tiveram, em seus rendimentos, reduções mais acentuadas que as observadas para os empregados com carteira em 1984 e aumentos mais expressivos em 1985 e 1986 que os dos empregados com carteira. Este fato indica que tal comportamento pode ser explicado pelas características intrínsecas do mercado de trabalho e não apenas pelas consequências do congelamento de preços do Plano Cruzado.

ÁREAS METROPOLITANAS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO  
VARIAÇÕES DO RENDIMENTO MÉDIO REAL

	OCUPADOS		EMP. C/CARTEIRA		EMP. S/CARTEIRA		CONTA PRÓPRIA	
	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP
84/83	-13,8	-12,0	-12,0	-10,0	-20,3	-14,9	-11,25	-17,3
85/84	2,8	4,7	0,2	3,1	9,5	7,0	8,1	8,4
86/85	24,7	33,4	18,0	20,3	21,7	39,3	48,2	66,4
87/86	-10,6	-10,3	-9,8	-10,8	-6,84	-6,4	-13,9	-9,9

Fonte: PME/IBGE

Entre as áreas metropolitanas com disponibilidade de dados sobre os rendimentos dos trabalhadores, as maiores perdas em 1987 relativamente a 1986 foram observadas na região de Belo Horizonte para os empregados com carteira e para os trabalhadores por conta própria, e na região de Porto Alegre para os empregados sem carteira assinada.

Nas categorias dos trabalhadores menos organizados, destaca-se ainda a queda da remuneração dos trabalhadores por conta própria nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, apesar do declínio mais significativo do rendimento médio dos empregados paulistas com carteira assinada.

Quanto aos trabalhadores ocupados sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo (subempregados), a taxa média foi de 13,95% em 1987, reduzindo-se em 2,74% comparativa-



mente à taxa do ano anterior, que tinha sido de 16,69% da população economicamente ativa (Tabela 9, Gráfico 9).

Esta redução não representa necessariamente melhoria na situação do mercado de trabalho das áreas metropolitanas, porque no período ocorreu um declínio no valor real do salário mínimo, conforme será visto a seguir, aliado à hipótese da rigidez para baixo dos menores salários. Quer dizer: quando o piso salarial tem seu poder de compra erodido, os menores salários de mercado não decrescem tanto quanto o salário mínimo, porque, frente a rendimentos tão baixos, uma parte dos trabalhadores provavelmente prefere não participar do mercado de trabalho.

#### 4.2. Informações da FIESP

Os dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo mostram uma queda de 7,2% no salário médio real dos trabalhadores da indústria paulista no ano de 1987, relativamente ao ano anterior (Tabela 6, Gráfico 6). A massa real de salários, por seu turno, decresceu 5,4%, indicando ter havido, conforme já foi visto, um pequeno aumento no nível de emprego industrial.

Entretanto, apesar de não ser tão negativo como os constatados para os rendimentos médios das pessoas ocupadas da

PME/IBGE (-11,3%) e para o salário mínimo (-17,4%) conforme se verá adiante, o resultado apresentado para o salário médio da indústria paulista recoloca este salário em nível similar ao do período pré-Cruzado. Por outro lado, o poder de compra do salário industrial no segundo semestre de 1987 foi idêntico ao do segundo semestre de 1985, significando que a aceleração inflacionária no primeiro semestre de 1987, conjugada com a política salarial do Plano Bresser, anulou os ganhos reais conseguidos a partir de março de 1986.

#### 4.3. Salário Mínimo

O valor real médio do salário mínimo (Piso Nacional de Salários) em 1987 situou-se em 17,4% aquém do valor médio observado no ano anterior. (Tabela 10, Gráfico 10). Durante o ano de 1987, o maior valor foi o de março, ainda resultante do efeito conjugado da escala móvel de salários e de taxas inflacionárias inferiores a 20% ao mês. Por outro lado, o menor valor real durante o ano foi o de julho, agravado em relação aos meses anteriores pela implementação do Plano Bresser, que congelou o valor nominal do salário mínimo, e pela inflação observada nesse mês.

Entretanto, em agosto foi instituído o Piso Nacional de Salários, com aumento real de 7,2% em relação ao salário mínimo de julho devido ao abono então concedido. A partir daí, com a política adotada de manter e até mesmo aumentar o poder aquisitivo do piso salarial, o Governo passou a conceder aumentos superiores

à taxa de inflação oficial, fazendo com que o piso salarial atingisse em dezembro um valor 11,7% superior ao de julho.

Mas muito ainda terá que ser feito. Em relação ao maior valor histórico do salário mínimo, observado em 1959, o Piso Nacional de Salários representou 43,8% em termos reais (Tabela 11, Gráfico 11). Isto significa que, para recuperar aquele valor, o piso salarial deveria se beneficiar de um aumento real médio mensal de 3,1% até o final do atual Governo. Em dólares americanos constantes de 1987, o piso salarial atual do Brasil se distancia mais ainda do maior valor médio historicamente observado: US\$ 52,75 em 1987, contra US\$ 145,26 em 1961.

## 5. OBSERVAÇÕES FINAIS

Em 1987 a economia brasileira cresceu 2,9%, representando uma queda significativa relativamente às taxas em torno de 8% dos dois anos anteriores. No primeiro semestre do ano, as expectativas quanto a um novo congelamento de preços haviam realimentado a prática da remarcação preventiva combinada com a recomposição de estoques. Como resultado, no mercado de trabalho mantinha-se estável o nível de emprego, enquanto os salários e os demais rendimentos do trabalho decresciam em termos reais, principalmente devido à aceleração inflacionária então verificada.

No segundo semestre, após a implementação do Plano Bresser, a queda do valor real dos salários, o aumento das taxas de juro e a adaptação da economia às medidas de estabilização repercutiram negativamente no ritmo da produção manufatureira e no nível de consumo. A indústria brasileira cresceu apenas 0,9% em 1987, enquanto o volume de vendas do comércio varejista caiu 17,4% neste ano, relativamente a 1986.

As taxas de desemprego e de subemprego não demonstraram muita sensibilidade a esses resultados desfavoráveis. O desemprego aberto nas seis áreas metropolitanas pesquisadas pelo IBGE teve um incremento muito modesto, enquanto apenas para a Grande São Paulo a pesquisa do DIEESE/SEADE registrou uma pequena queda em seu indicador de desemprego. Isso ocorreu certamente devido à transferência de mão-de-obra do mais organizado setor industrial para o setor serviços, que normalmente acomoda a maioria dos trabalhadores informais. Por outro lado, a queda da proporção dos subempregados (sub-remunerados) em 1987, deve-se à queda do valor do salário mínimo neste ano, combinada com a rigidez para baixo dos menores salários no mercado de trabalho.

Entretanto, os indicadores mostram tendência de queda no nível de emprego a partir do segundo semestre de 1987. Prevê-se um aumento do desemprego no início de 1988, que se refletirá em uma maior demanda do Programa Seguro-Desemprego, que ainda poderá ser expandido.

A aceleração inflacionária do primeiro semestre de 1987, conjugada com a política salarial do Plano Bresser e a adaptação da economia ao novo plano de estabilização provocaram perdas generalizadas no poder de compra dos trabalhadores em 1987, relativamente ao ano anterior. O salário mínimo médio real caiu 17,4% de 1986 para 1987, em que pese a instituição do Piso Nacional de Salários em agosto, com a finalidade de aumentar o poder aquisitivo da menor contraprestação devida ao trabalhador. De agosto a dezembro, de fato, o piso salarial obteve um ganho real de 11,7%, não suficiente, entretanto, para compensar as perdas ocorridas durante o ano. Em relação aos valores históricos, o valor atual do salário mínimo equivale ao do ano de 1945 e é o mais baixo dos últimos 35 anos. O compromisso do Governo de dobrar o atual valor do piso de salários representa a meta mínima necessária, mas não suficiente, para recuperar o maior valor real histórico do salário mínimo, verificado em 1959.

Embora não tanto quanto o salário mínimo, o rendimento médio dos trabalhadores das áreas metropolitanas sofreu uma perda considerável na média de 1987, comparada com a de 1986, de 11,3%. Tal resultado foi, entretanto, mais acentuado nos mercados menos estruturados, tanto em termos de regiões (total de ocupados), como de categorias de trabalhadores. Assim, a exemplo do que já havia ocorrido em 1984, as maiores quedas em 1987 verificaram-se nas regiões de Belo Horizonte e Porto Alegre, para todos os ocupados, e, em termos de categorias, para os empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria de todas as áreas metropolitanas.

Corroborando o comportamento acima comentado, o salário médio real dos industriários paulistas apresentou uma queda menor (-7,2%), mas suficiente para recolocar este salário em nível similar ao do período pré-Cruzado, anulando, portanto, os ganhos reais obtidos a partir de março de 1986.

TABELA 1  
BRASIL  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO POR REGIÕES METROPOLITANAS  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
MARÇO/86-DEZEMBRO/87

MESES	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Sao Paulo	Porto Alegre	Taxa Média**
MARÇO/86	4,58	4,78	4,79	4,25	4,19	5,23	4,39
ABRIL	5,25	4,96	4,23	3,71	4,86	5,81	4,17
MAIO	4,61	4,82	4,37	4,28	3,73	4,48	4,88
JUNHO	5,28	4,74	3,86	3,73	3,37	4,21	3,76
JULHO	4,94	4,94	3,77	3,64	3,89	3,98	3,68
AGOSTO	4,38	5,86	3,54	3,45	3,28	3,51	3,58
SETEMBRO	3,99	4,31	3,83	3,26	2,93	3,61	3,23
OUTUBRO	3,48	3,91	2,43	3,82	2,89	2,83	2,98
NOVEMBRO	3,38	3,78	2,54	2,63	2,43	2,54	2,64
DEZEMBRO	2,97	3,68	2,21	2,29	1,75	2,34	2,16
JANEIRO/87	3,58	3,73	3,52	2,87	3,25	3,15	3,19
FEVEREIRO	4,34	3,41	4,88	3,33	3,12	3,68	3,38
MARÇO	4,48	3,94	3,83	3,85	3,12	4,84	3,28
ABRIL	4,37	3,85	3,82	2,78	3,46	3,86	3,39
MAIO	6,18	4,87	4,48	3,73	3,78	3,59	3,97
JUNHO	6,89	4,75	4,88	3,98	4,45	4,28	4,43
JULHO	6,87	4,38	4,78	3,88	4,57	5,82	4,47
AGOSTO	5,82	4,12	4,12	3,19	4,63	4,73	4,22
SETEMBRO	6,18	4,57	4,85	3,46	3,95	4,46	4,83
OUTUBRO	5,67	4,22	3,54	3,35	4,18	3,95	3,96
NOVEMBRO	5,22	3,98	3,68	3,87	3,78	3,35	3,63
DEZEMBRO	4,18	4,87	3,27	2,29	2,81	2,98	2,86

FONTE: PME/IBGE

\* Pessoas desocupadas em relação as pessoas economicamente ativas

\*\* Taxa ponderada pela PEA das 6 Regiões Metropolitanas

IDADE MINIMA-15 ANOS

ELABORACAO:CES/IPLAN

GRÁFICO 1  
REGIÕES METROPOLITANAS  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (PME/IBGE)  
MARÇO 86 - DEZEMBRO 87

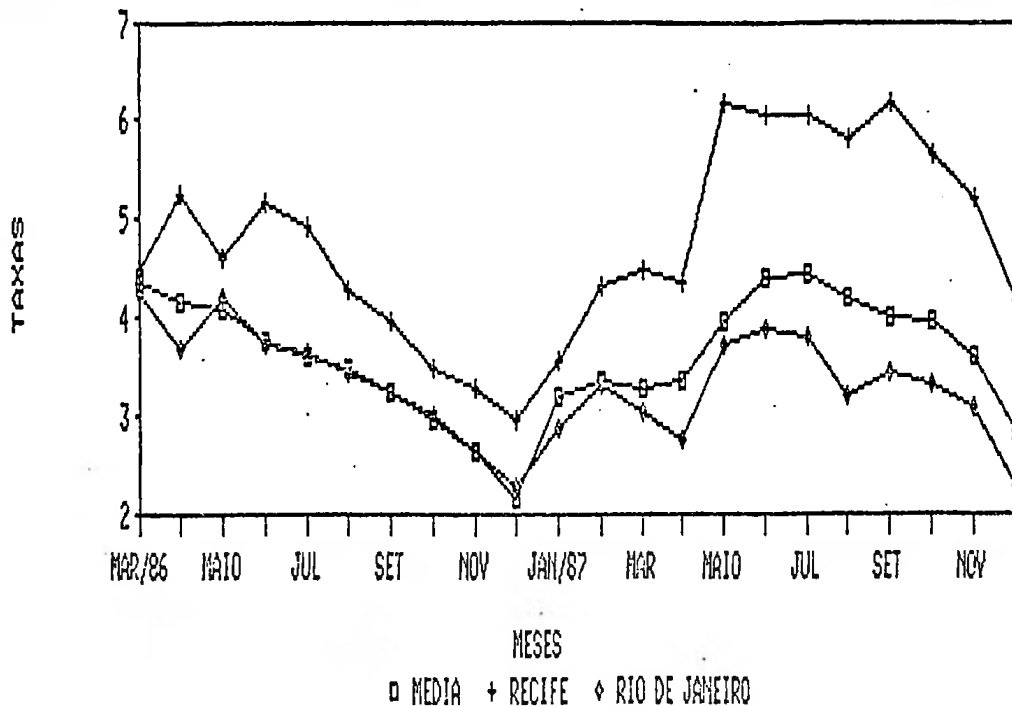


TABELA 2  
BRASIL  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO(\*) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA  
SEGUNDO OS MESES DO ANO(\*\*)  
MARÇO/86-DEZEMBRO/87

MESES	X					TAXAS MEDIAS
	IND. DE TRANSF	COMERCIO	CONST. CIVIL	SERVICOS	OUTRAS ATIVID.	
MARÇO/86	4,26	5,52	4,31	3,35	2,12	4,39
ABRIL	4,27	4,54	4,51	3,11	2,10	4,17
MAYO	4,06	4,86	4,47	3,13	1,79	4,08
JUNHO	4,96	3,93	4,28	2,91	1,58	3,76
JULHO	3,66	3,56	4,00	2,85	1,55	3,60
AGOSTO	3,44	3,57	3,31	2,01	1,48	3,50
SETEMBRO	3,14	3,31	3,30	2,69	1,48	3,23
OUTUBRO	3,03	3,12	2,79	2,46	1,19	2,98
NOVEMBRO	3,74	2,27	2,11	2,27	0,91	2,64
DEZEMBRO	2,25	1,99	2,59	1,81	0,98	2,16
JANEIRO/87	3,76	3,33	3,25	2,36	1,19	3,19
FEVEREIRO	3,75	3,86	3,02	2,65	1,21	3,38
MARÇO	3,61	3,96	3,23	2,43	1,62	3,28
ABRIL	4,11	4,11	3,23	1,46	1,41	3,39
MAYO	4,93	4,49	4,29	2,83	1,83	3,97
JUNHO	5,69	4,47	5,87	3,25	1,87	4,43
JULHO	6,39	4,55	5,18	3,84	2,06	4,47
AGOSTO	5,95	4,69	4,75	2,79	1,67	4,22
SETEMBRO	5,24	4,38	4,24	2,96	1,99	4,03
OUTUBRO	5,33	4,27	3,68	2,95	1,51	3,96
NOVEMBRO	4,68	3,71	3,95	2,82	1,07	3,63
DEZEMBRO	3,28	3,02	3,08	2,23	1,37	2,86

FONTE: PME/IBGE

\* Pessoas desocupadas em relação as pessoas economicamente ativas

\*\* Taxas ponderadas pela PEA das 6 Regiões Metropolitanas

IDADE MINIMA-15 ANOS

ELABORACAO:CES/IPLAN

GRÁFICO 2  
BRASIL  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (PME/IBGE)  
MARÇO 86 - DEZEMBRO 87

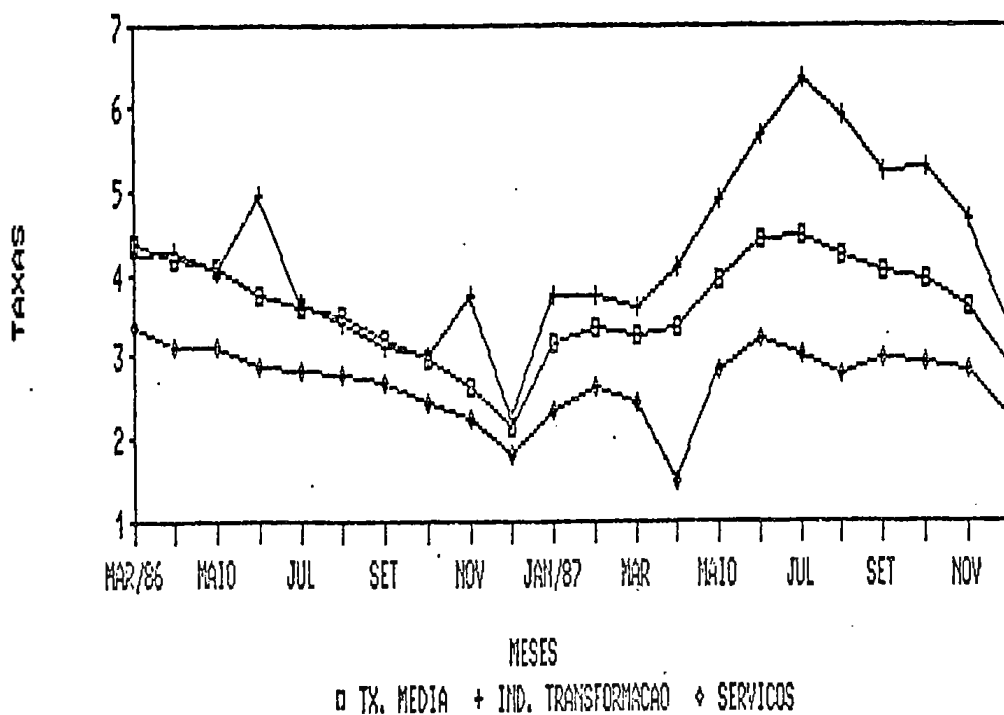




TABELA 3  
GRANDE SÃO PAULO  
TAXA DE DESEMPREGO, POR TIPO DE DESEMPREGO EM RELAÇÃO A  
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO OS MESES DO ANO  
DEZEMBRO/85-DEZEMBRO/87

MESES	TOTAL	ABERTO	OCULTO*		
			TOTAL	PRECARIO	DESALENTO
DEZEMBRO/85	9,8	5,8	4,0	2,3	1,7
JANEIRO/86	9,9	5,8	4,1	2,4	1,7
FEVEREIRO	10,5	6,3	4,2	2,5	1,7
MARCO	11,5	7,3	4,2	2,5	1,7
ABRIL	11,6	7,5	4,1	2,5	1,6
MADO	10,9	7,2	3,7	2,3	1,4
JUNHO	10,3	6,6	3,6	2,2	1,4
JULHO	9,7	6,0	3,7	2,1	1,6
AGOSTO	9,7	6,0	3,7	2,0	1,7
SETEMBRO	9,5	5,7	3,7	2,0	1,7
OUTUBRO	9,0	5,5	3,5	1,9	1,6
NOVEMBRO	8,2	5,0	3,2	1,7	1,5
DEZEMBRO	7,3	4,4	2,9	1,4	1,5
JANEIRO/87	7,3	4,4	2,9	1,4	1,5
FEVEREIRO	7,6	4,8	2,8	1,3	1,5
MARCO	8,5	5,7	2,8	1,4	1,4
ABRIL	8,9	6,2	2,7	1,5	1,2
MADO	9,5	6,7	2,8	1,7	1,1
JUNHO	9,4	6,6	2,8	1,8	1,0
JULHO	9,4	6,6	2,8	1,8	1,0
AGOSTO	9,7	6,6	3,1	1,9	1,2
SETEMBRO	10,1	6,8	3,3	2,0	1,3
OUTUBRO	9,8	6,7	3,1	1,8	1,3
NOVEMBRO	9,1	6,2	2,9	1,6	1,3
DEZEMBRO	8,6	5,8	2,8	1,6	1,2

FONTE: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO - SEADE/DIEESE  
obs: AS TAXAS REPRESENTAM A MEDIA MOVEL DOS ULTIMOS 3 MESES  
ELABORACAO: CES/IPLAN

1. DESEMPREGO ABERTO: Procurou trabalho nos ultimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceu nenhuma ocupação nos ultimos 7 dias;
2. DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECARIO: Realiza, de forma irregular, algum trabalho remunerado ou não remunerado de ajuda em negocios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho;
3. DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO: Não possui nenhum trabalho, não procurou nos ultimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto, procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás.

GRÁFICO 3  
GRANDE SÃO PAULO  
TAXAS DE DESEMPREGO (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE)  
DEZEMBRO 85 - DEZEMBRO 87

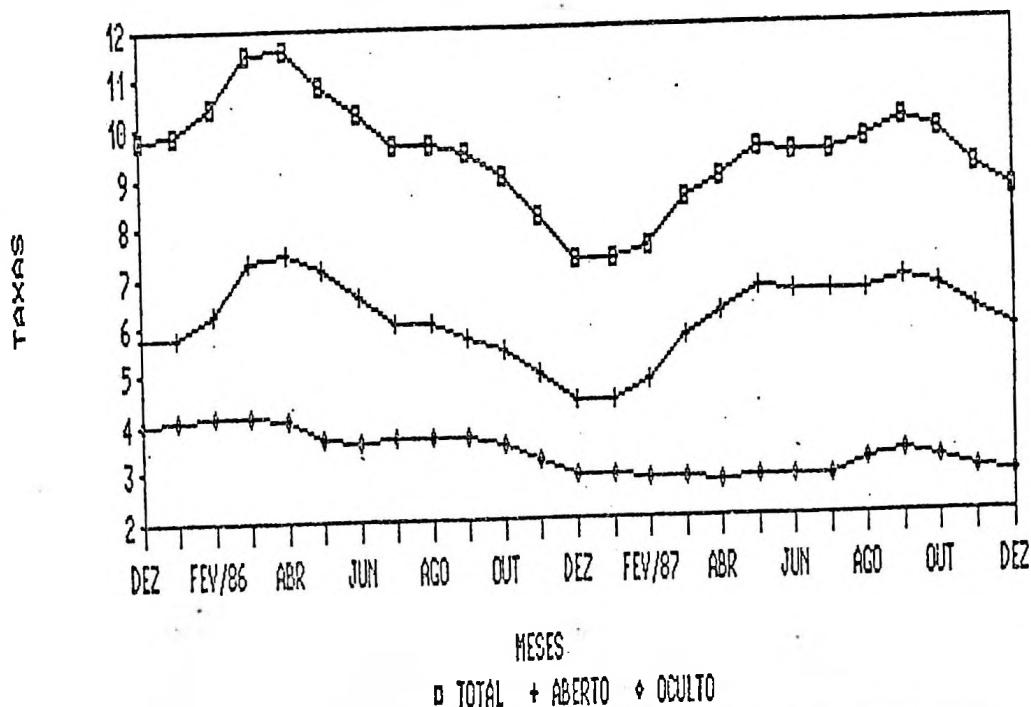
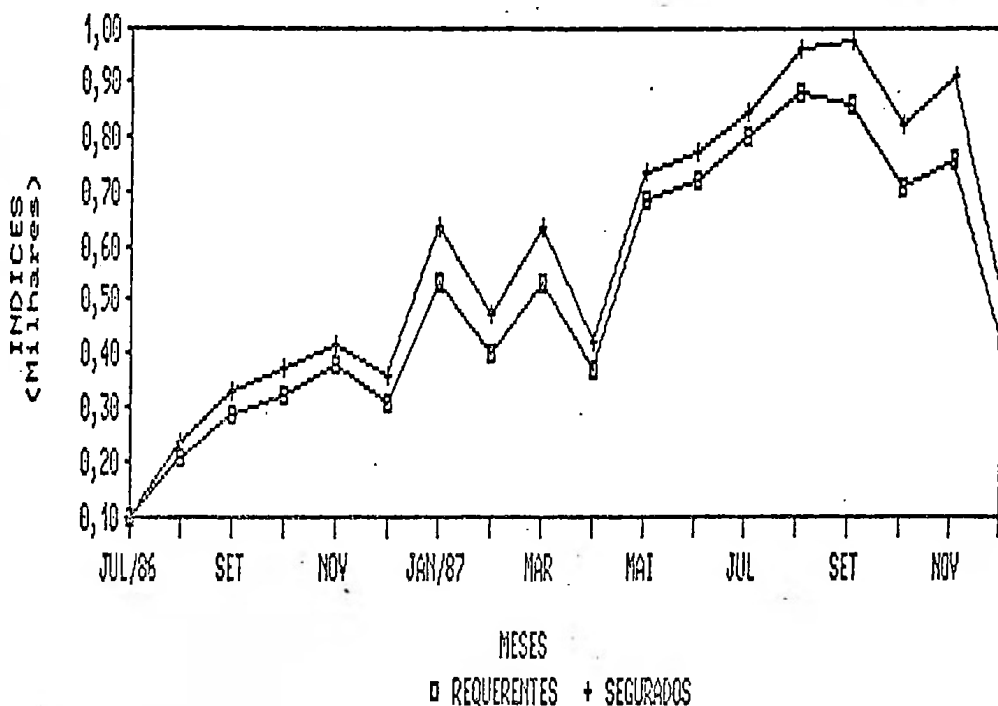


TABELA 4  
BRASIL  
NUMERO DE REQUERENTES E SEGURADOS DO PROGRAMA  
SEGURO DESEMPREGO SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JULHO/86-DEZEMBRO/87

DISCRIMINACAO MESES	NUMERO DE REQUERENTES	INDICE	NUMERO DE SEGURADOS	INDICE
JULHO/86	14204	100,0	8322	100,0
AGOSTO	29995	211,2	20095	241,5
SETEMBRO	40794	287,2	27800	334,1
OUTUBRO	46409	326,7	31451	377,9
NOVEMBRO	54179	381,4	34699	417,0
DEZEMBRO	44361	312,3	29930	359,6
JANEIRO/87	76492	538,5	52842	635,0
FEVEREIRO	57127	402,2	39681	476,8
MARCO	76306	537,2	53309	640,6
ABRIL	53372	375,8	35579	427,5
MAIO	97790	688,5	61214	735,6
JUNHO	103245	726,9	64714	777,6
JULHO	114074	803,1	70487	847,0
AGOSTO	125086	880,6	80052	961,9
SETEMBRO	121940	858,5	81400	978,1
OUTUBRO	100927	710,6	68940	828,4
NOVEMBRO	108143	761,4	75919	912,3
DEZEMBRO	60797	428,0	42615	512,1

FONTE: CATD/SES/MTB  
ELABORACAO: CES/IPLAN  
obs: dados sujeitos a retificacoes

GRÁFICO 4  
BRASIL  
INDICES DE REQUERENTES E SEGURADOS DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO  
JULHO 86 - DEZEMBRO 87



**TABELA 5**  
**BRASIL**  
**ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEGUNDO**  
**OS MESES DO ANO**  
**MARÇO/86-DEZEMBRO/87**

MESES	TOTAL	EXT. MINERAL	SERVICO			COMERCIO	SERVICOS	ADM. PUBLICA	AGRICULT. SILVICUL. ETC...	OUTROS
			IND. DE TRANSF.	ING. UTIL. PUBLICA	CONST. CIVIL					
MARÇO/86	106,29	102,33	109,33	102,98	107,57	106,24	106,65	102,89	99,63	105,33
ABRIL	106,55	102,59	109,72	103,12	108,32	106,85	106,55	102,46	99,41	105,44
MAYO	107,06	102,53	110,73	103,87	108,42	107,85	106,55	102,87	100,39	105,84
JUNHO	107,51	102,39	112,40	104,89	108,75	108,55	106,66	103,22	102,49	106,78
JULHO	108,38	102,87	114,86	104,52	109,58	109,46	106,59	103,16	102,82	107,19
AGOSTO	109,11	102,93	115,56	104,58	110,58	110,37	107,82	103,88	102,98	107,83
SETEMBRO	109,76	102,93	116,94	104,41	111,73	111,26	107,41	102,97	102,99	108,56
OUTUBRO	110,37	102,93	118,05	104,27	112,56	112,41	107,87	102,87	102,27	108,97
NOVEMBRO	110,88	102,83	118,65	104,24	112,83	114,04	108,32	103,79	101,81	108,98
DEZEMBRO	110,82	102,84	117,59	104,65	110,99	113,39	107,56	102,62	98,14	107,14
JANEIRO/87	110,28	101,83	118,69	103,57	111,78	112,71	108,83	102,53	98,01	107,16
FEVEREIRO	110,77	102,19	118,86	103,87	111,77	112,81	108,81	102,54	98,81	107,43
MARÇO	110,79	102,80	118,88	103,88	110,40	112,39	107,27	102,61	99,87	107,56
ABRIL	110,83	102,43	118,44	103,59	109,88	112,14	109,33	102,94	99,61	107,61
MAYO	110,99	102,61	118,12	103,44	108,16	112,17	110,46	103,13	102,56	107,87
JUNHO	110,65	103,05	116,66	103,51	107,47	111,88	110,64	103,28	104,43	107,82
JULHO	110,25	103,93	115,88	103,72	107,92	111,68	110,67	103,42	104,91	107,73
AGOSTO	110,46	104,34	114,88	103,71	109,28	112,18	110,99	103,56	105,48	108,19
SETEMBRO	111,02	104,95	115,68	103,88	110,47	112,85	111,42	103,72	105,77	108,56
OUTUBRO	111,51	105,62	116,14	104,23	111,33	113,74	111,88	103,85	105,43	109,14
NOVEMBRO	111,88	105,88	116,18	104,48	112,33	115,18	112,24	103,99	104,59	109,17
DEZEMBRO	110,87	104,24	114,46	104,48	110,68	114,16	111,47	103,97	101,82	107,95

FONTE: CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - LEI 4923/65 - MTB  
 BASE: DEZ/84  
 ELABORACAO: CES/IPLAN

**GRÁFICO 5**  
**BRASIL**  
**ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO (LEI 4.923/65-MTB)**  
**MARÇO 86 - DEZEMBRO 87**

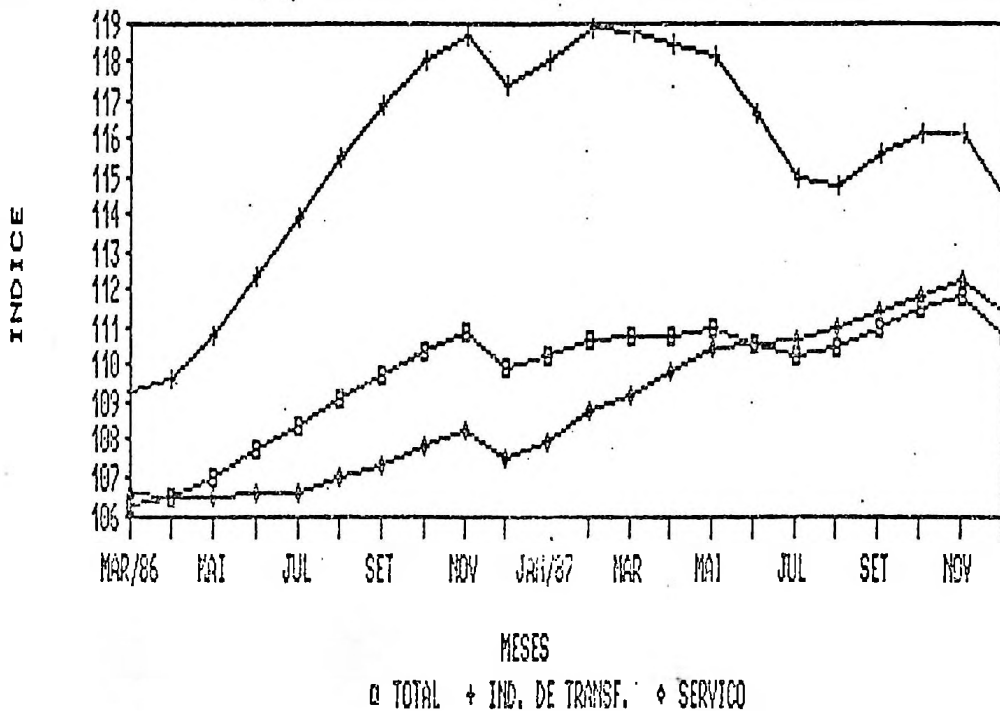
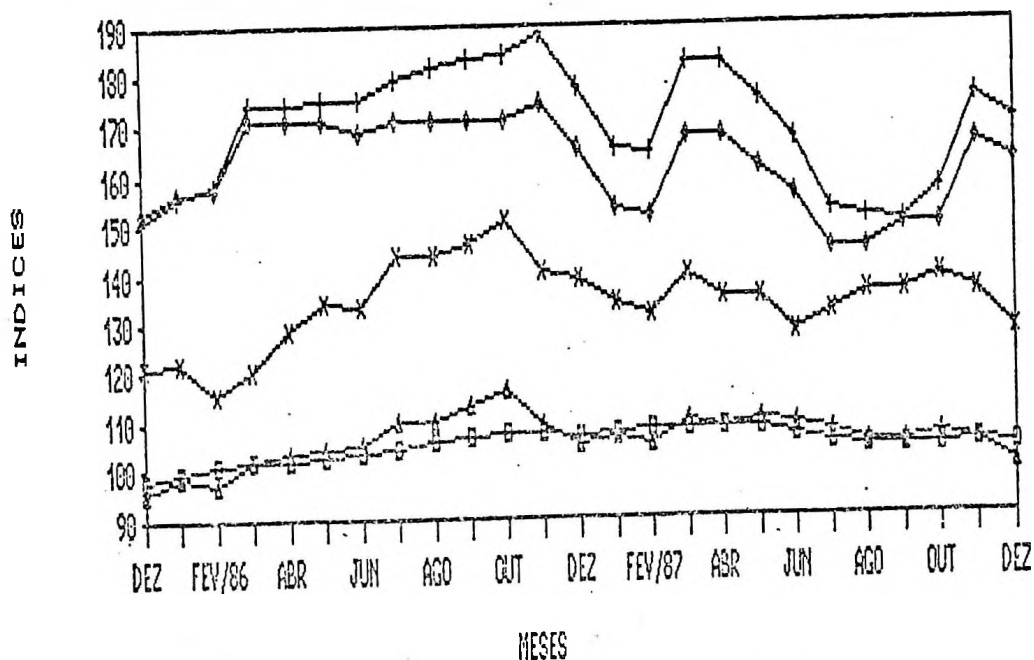


TABELA A  
ESTADO DE SÃO PAULO  
ÍNDICES DA FIESP  
PESSOAL OCUPADO, SALÁRIO, HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO,  
UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA E NÍVEL DE ATIVIDADE  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
DEZEMBRO/85-DEZEMBRO/87

MESES	PESSOAL OCUPADO	MASSA SALARIAL REAL (*)	SALÁRIO MÉDIO REAL (**)	HORAS TRABALHADAS NA PROD.	UTILIZ. DA CAPAC. INSTAL. %	NÍVEL DE ATIV.
DEZEMBRO/85	98,4	158,9	153,8	95,5	77,8	121,7
JANEIRO/86	99,7	156,3	156,9	98,9	79,1	122,2
FEVEREIRO	101,0	153,8	157,4	96,9	78,7	115,8
MARÇO	101,8	174,7	171,7	102,1	77,4	121,0
ABRIL	102,2	174,9	171,4	103,4	79,6	129,8
MAIO	102,7	175,8	171,4	104,2	80,8	134,7
JUNHO	103,8	175,1	169,8	105,1	80,5	133,6
JULHO	104,9	179,5	171,4	110,2	81,5	143,9
AGOSTO	105,8	181,7	171,7	110,2	81,5	144,3
SETEMBRO	106,9	183,5	171,6	113,2	82,6	146,8
OUTUBRO	107,4	184,4	171,7	116,5	83,4	151,6
NOVEMBRO	107,7	188,1	174,6	109,7	81,4	148,5
DEZEMBRO	107,2	178,1	165,9	105,6	79,6	139,5
JANEIRO/87	107,7	165,6	153,6	106,7	81,3	134,3
FEVEREIRO	108,7	165,3	151,9	105,6	81,4	131,7
MARÇO	108,6	122,7	168,8	110,1	81,8	140,3
ABRIL	108,5	122,7	168,2	108,9	81,6	135,5
MAIO	108,2	175,4	161,8	110,2	81,2	135,4
JUNHO	106,9	167,3	156,1	109,8	80,8	128,1
JULHO	105,6	153,1	144,7	107,5	80,2	131,9
AGOSTO	104,6	151,3	144,6	105,4	80,2	135,6
SETEMBRO	104,5	150,7	138,8	105,6	80,9	135,7
OUTUBRO	104,8	154,8	149,7	106,9	81,2	138,8
NOVEMBRO	105,1	175,2	166,7	105,7	81,2	135,7
DEZEMBRO/87	104,7	170,3	162,4	100,4	78,3	127,7

FUNTE: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BASE: MÉDIA DE 1978  
DEFLATOR: (\*) IGV/FIPE  
ESTIMATIVAS FIESP (\*\*) (\*)  
ELABORACÃO: CES/PLAN

GRÁFICO 6  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PESSOAL OCUPADO, SALÁRIO MÉDIO (ÍNDICES FIESP)  
DEZEMBRO 86 - DEZEMBRO 87



□ PESSOAL OCUPADO + MASSA SAL. REAL ◊ SAL. MÉDIO REAL ▲ HORAS TRAB. NA PROD × NÍVEL DE ATIV.

TABELA 7  
BRASIL  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS  
E DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO POR REGIÕES METROPOLITANAS  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
MARÇO/86-DEZEMBRO/87

MESES	BELO HORIZONTE		RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		PORTO ALEGRE		MÉDIA(*)	
	EMPREGADOS OCUPADOS	COM CART.	EMPREGADOS OCUPADOS	COM CART.	EMPREGADOS OCUPADOS	COM CART.	EMPREGADOS OCUPADOS	COM CART.	EMPREGADOS OCUPADOS	COM CART.
MARÇO/86	2263	2592	2295	2452	3818	3691	2681	2442	2683	2756
ABRIL	2557	2693	2468	2668	3216	3189	2673	2459	2676	2922
MAIO	2526	2754	2539	2698	3382	3293	2891	2578	2991	3667
JUNHO	2673	2828	2699	2878	3429	3318	2864	2554	3073	3673
JULHO	2721	2854	2771	2898	3579	3494	2979	2685	3189	3138
AGOSTO	2794	2889	2772	2995	3714	3567	3137	2743	3275	3231
SETEMBRO	2896	2853	2799	2965	3768	3617	3251	2837	3329	3288
OUTUBRO	3103	2997	2859	3015	3916	3674	3224	2846	3435	3347
NOVEMBRO	3308	2944	2887	2983	4165	3835	3299	2965	3546	3426
DEZEMBRO	3182	3118	3299	3529	4773	4496	3452	3116	4829	3968
JANEIRO/87	2647	2567	2654	2782	3879	3469	2837	2435	3279	3671
FEVEREIRO	2486	2486	2491	2562	3624	3343	2829	2497	3288	2956
MARÇO	2394	2476	2478	2559	3463	3188	2634	2399	2974	2661
ABRIL	2235	2364	2353	2475	3146	3047	2461	2295	2745	2749
MAIO	2118	2268	2306	2491	3038	2969	2445	2317	2665	2788
JUNHO	1939	2127	2156	2394	2852	2798	2296	2189	2495	2557
JULHO	1964	2159	2189	2295	2794	2742	2282	2115	2449	2531
AGOSTO	2083	2231	2183	2341	2989	2841	2387	2161	2549	2577
SETEMBRO	2133	2252	2285	2458	3024	2968	2399	2228	2648	2676
OUTUBRO	2087	2248	2262	2434	2949	2885	2411	2242	2598	2625
NOVEMBRO	2322	2353	2329	2585	3841	3815	2489	2385	2655	2749
DEZEMBRO	2515	2778	2698	3066	3515	3589	2587	2579	3875	3271

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME)/IBGE  
DEFLATOR: INPC (SEM O EMPFESTIJO COMPULSORIO INSTITUÍDO EM JULHO DE 1986)  
EM CRUZADOS DE MARÇO DE 1986  
(\*)MÉDIA PONDERADA PELAS PESSOAS OCUPADAS E PELOS EMPREGADOS C/ CARTEIRA  
DAS QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS  
ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 7  
REGIÕES METROPOLITANAS  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS (PME/IBGE)  
MARÇO 86 - DEZEMBRO 87

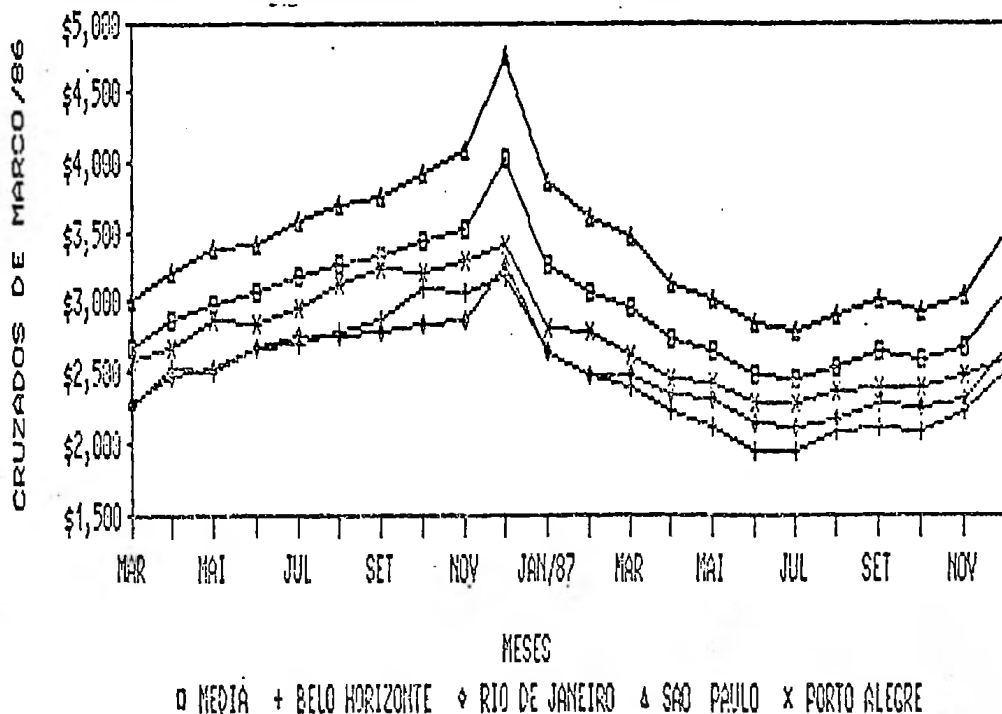


TABELA 8  
BRASIL  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA  
DE TRABALHO E DOS COM CONTAS PRÓPRIAS POR REGIÕES METROPOLITANAS SEGUNDO OS  
MESES DO ANO  
MARÇO/86-DEZEMBRO/87

MESES	BELO HORIZONTE		RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		PORTO ALEGRE	
	EMPREGADOS	CONTA	EMPREGADOS	CONTA	EMPREGADOS	CONTA	EMPREGADOS	CONTA
	S/ CART.	PRÓPRIA	S/ CART.	PRÓPRIA	S/ CART.	PRÓPRIA	S/ CART.	PRÓPRIA
MARÇO/86	1468	1562	1861	1577	2888	2448	2695	2856
ABRIL	1559	1782	2819	1844	2234	2499	2853	2231
MAIO	1618	1774	2874	1823	2434	2742	3095	2336
JUNHO	1747	1992	2853	1967	2377	2953	3188	2286
JULHO	1937	1950	2895	2195	2518	3233	3222	2313
AGOSTO	1949	2271	2179	2284	2595	3492	3564	2578
SETEMBRO	1972	2648	2683	2685	2652	3411	3321	2962
OUTUBRO	2285	2551	2847	2382	2689	3684	3331	3197
NOVEMBRO	2371	2656	2118	2382	2856	4886	3268	3263
DEZEMBRO	2338	2716	2383	2477	3458	4239	3415	3114
JANEIRO/87	2829	2325	2154	2259	2962	3695	2872	2746
FEVEREIRO	1851	2193	2878	1981	2878	3522	2465	2498
MARÇO	1663	2859	2866	1949	2872	3191	2845	2401
ABRIL	1564	1783	1948	1795	2239	2785	2368	2152
MAIO	1393	1542	1814	1787	2123	2452	2245	1932
JUNHO	1388	1387	1744	1418	2132	2358	2265	1884
JULHO	1231	1344	1728	1419	2835	2371	2315	1717
AGOSTO	1416	1461	1768	1517	2248	2568	2573	1869
SETEMBRO	1451	1546	1785	1583	2115	2562	2472	1977
OUTUBRO	1448	1516	1835	1566	2898	2689	2384	2832
NOVEMBRO	1599	1523	1852	1786	2198	2568	2428	2636
DEZEMBRO	1818	1568	2895	1689	2429	2867	2357	1988

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME)/IBGE  
DEFLATOR: INPC (SEM O EMPRESTIMO COMPULSORIO INSTITUIDO EM JULHO DE 1966)  
EM CRUZADOS DE MARÇO DE 1986  
ELABORACAO: CES/IFLAn

GRÁFICO 8  
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, EMPREGADOS COM CARTEIRA, EMPREGADOS  
SEM CARTEIRA E DOS COM CONTAS PRÓPRIAS (PME/IBGE)  
MARÇO 86 - DEZEMBRO 87

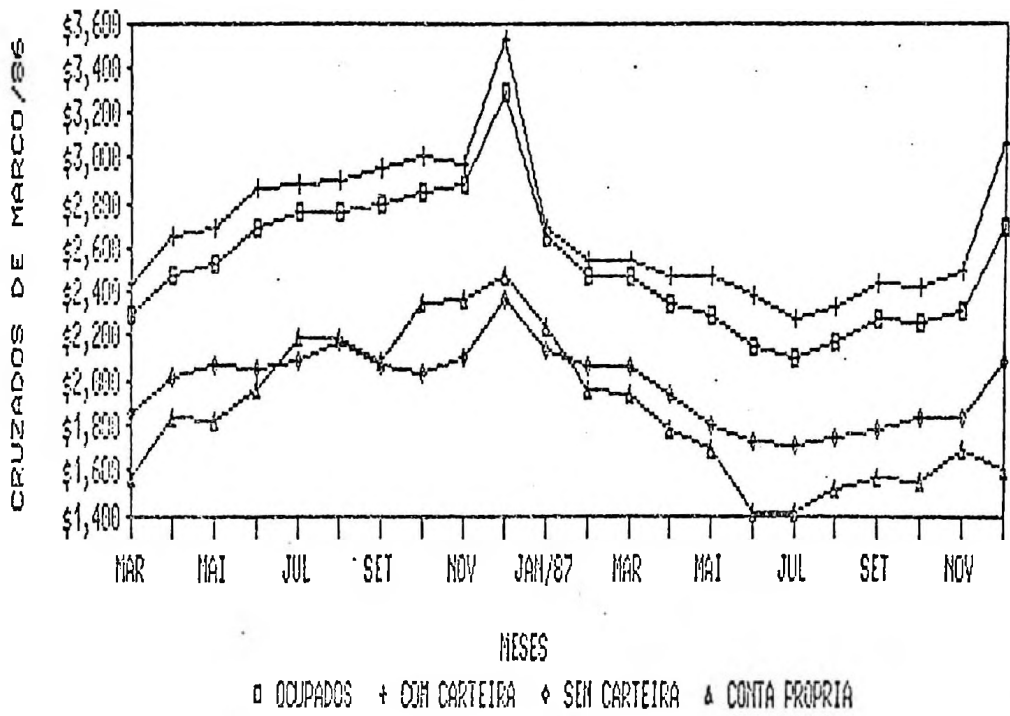


TABELA 9  
BRASIL  
PESSOAS OCUPADAS SEM RENDIMENTO OU COM RENDIMENTO INFERIOR A UM  
SALÁRIO MÍNIMO EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
POR REGIÕES METROPOLITANAS.  
JANEIRO/86-DEZEMBRO/87

MESES	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TAXA MÉDIA*
JANEIRO/86	27,21	25,15	23,56	19,05	12,79	16,72	17,37
FEVEREIRO	25,19	23,25	22,66	18,64	12,67	16,20	16,86
MARCO	23,34	22,36	21,78	16,63	11,61	14,25	15,47
ABRIL	31,58	28,53	30,57	23,61	17,92	19,89	11,20
MAIO	28,53	26,86	25,97	19,74	15,16	17,61	18,96
JUNHO	28,63	23,64	25,20	18,79	13,95	16,61	17,94
JULHO	28,43	25,00	23,67	18,40	12,72	15,79	17,22
AGOSTO	26,12	23,92	22,69	18,20	11,93	15,35	16,54
SETEMBRO	25,15	23,07	22,11	17,57	11,34	14,57	15,86
OUTUBRO	23,28	21,97	21,34	17,61	10,38	13,64	15,10
NOVEMBRO	22,61	20,54	19,23	16,42	9,40	13,21	13,99
DEZEMBRO	21,18	20,01	17,73	14,75	7,74	12,16	12,78
JANEIRO/87	21,50	18,44	16,48	13,51	7,46	11,56	11,71
FEVEREIRO	26,06	24,47	23,90	17,84	9,17	14,52	15,17
MARCO	21,44	16,56	16,50	12,83	7,36	11,96	11,35
ABRIL	29,12	22,43	22,20	18,67	10,24	15,40	15,81
MAIO	26,45	18,74	18,13	15,57	9,10	12,81	13,60
JUNHO	29,67	22,26	22,35	16,61	10,70	14,70	15,51
JULHO	28,00	21,22	21,65	16,96	9,61	13,95	14,86
AGOSTO	26,88	18,36	18,26	14,76	8,40	11,42	13,06
SETEMBRO	27,44	21,90	22,37	16,33	8,83	11,70	14,27
OUTUBRO	28,22	21,47	20,99	15,38	9,91	13,07	14,45
NOVEMBRO	29,06	23,99	22,43	16,42	10,60	14,34	15,48
DEZEMBRO	23,35	18,29	17,86	12,78	8,17	11,80	12,12

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO/IBGE  
(\*MÉDIA PONDERADA PELA PEA DAS SEIS REGIÕES METROPOLITANAS.  
ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 9  
REGIÕES METROPOLITANAS  
TAXA DOS OCUPADOS COM MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO (PME/IBGE)  
JANEIRO 86 - DEZEMBRO 87

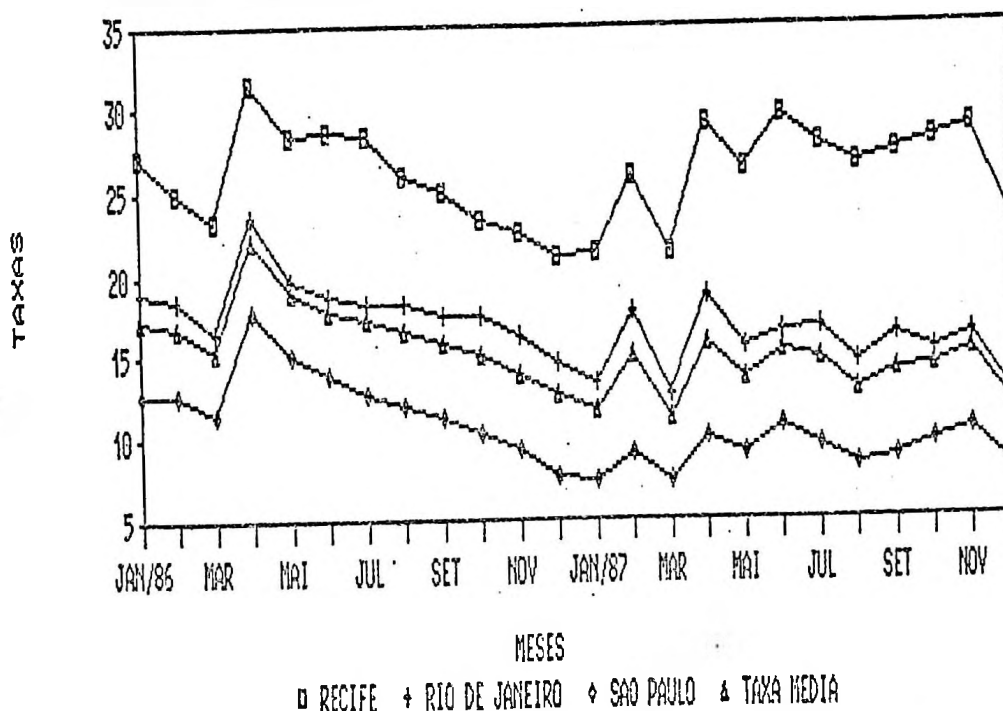


TABELA 10.  
BRASIL  
EVOLUCAO DO SALARIO MINIMO REAL  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JANEIRO/1985-DEZEMBRO/87

ANOS	MESES		
	1985	1986	1987(*)
JANEIRO	3.976,05	4.107,25	4.084,98
FEVEREIRO	3.583,69	3.652,41	3.585,10
MARCO	3.259,55	4.743,68	4.443,59
ABRIL	3.001,87	4.723,37	3.673,63
MAIO	5.600,35	4.673,12	3.579,97
JUNHO	5.169,47	4.628,43	3.541,57
JULHO	4.696,28	4.586,81	3.221,64
AGOSTO	4.207,66	4.522,10	3.454,81
SETEMBRO	3.822,11	4.468,85	3.485,68
OUTUBRO	3.466,75	4.405,76	3.458,01
NOVEMBRO	5.468,54	4.265,52	3.419,09
DEZEMBRO	4.724,43	3.976,60	3.600,00
MEDIA	4.248,06	4.396,21	3.629,01

A PREÇOS DE DEZEMBRO/87  
DEFLATOR: INPC COM EMPRESTIMO COMPULSORIO  
(\*A PARTIR DE AGOSTO UTILIZA-SE O PISO  
NACIONAL DE SALARIOS INSTITUIDO PELOS  
DECRETOS-LEI 2351 E 2352 DE 07/08/87  
ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 10  
BRASIL  
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (DEFLATOR INPC/IBGE)  
JANEIRO 85 - DEZEMBRO 87.

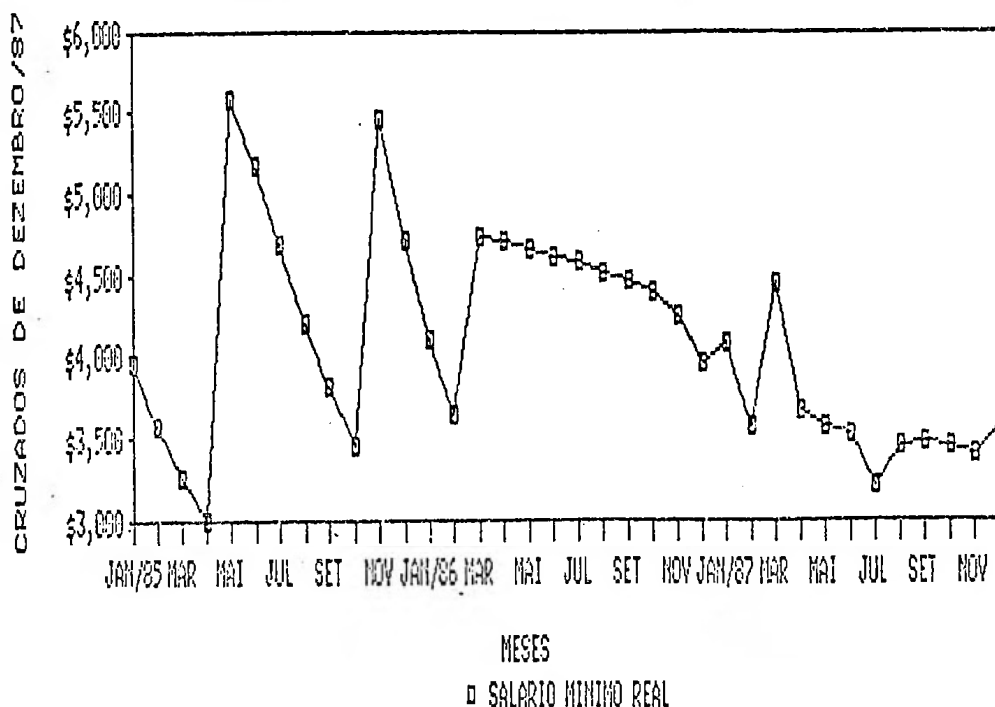


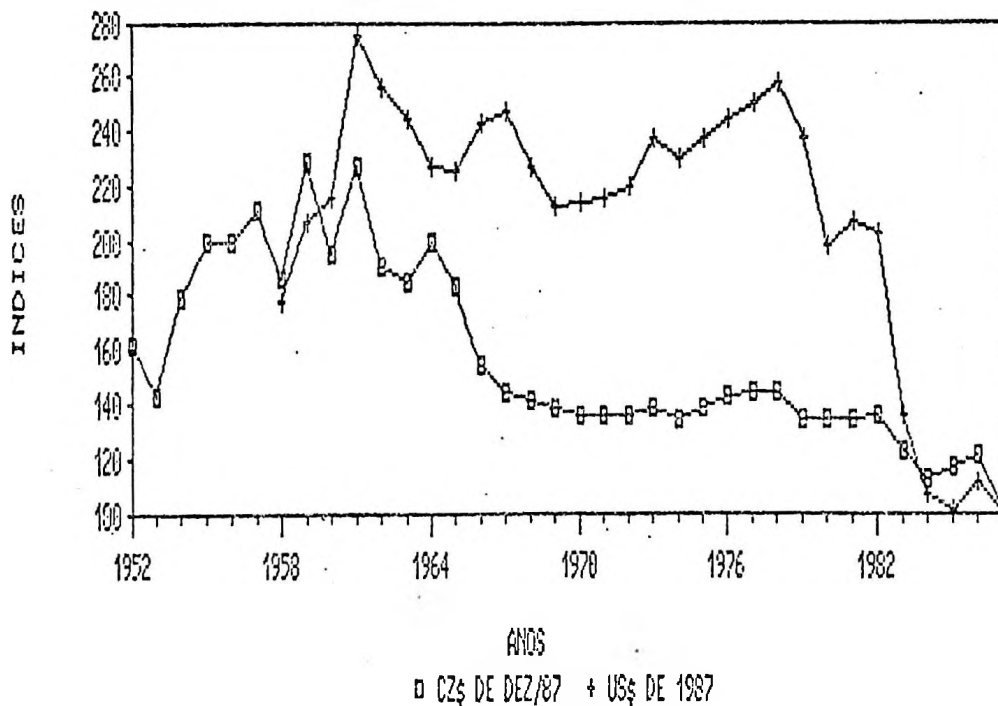


TABELA 11  
 INDICES DE SALARIO MINIMO MEDIO REAL  
 1952 - 1987 (Base: 1987=100)

ANO	Cz\$ de dez/87		US\$ de 1987
1952	162.43		
1953	143.52		
1954	179.64		
1955	200.27		
1956	200.32		
1957	212.22		
1958	186.90		178.93
1959	228.47		207.29
1960	195.98		215.55
1961	227.14		275.40
1962	191.97		256.39
1963	185.59		245.81
1964	199.53		227.54
1965	184.06		226.01
1966	155.72		243.81
1967	144.58		247.54
1968	142.69		227.31
1969	138.67		213.58
1970	136.47		214.90
1971	136.46		215.44
1972	136.99		220.66
1973	139.77		237.21
1974	135.31		230.02
1975	139.43		237.72
1976	143.51		245.27
1977	144.45		250.34
1978	145.00		258.50
1979	135.51		237.42
1980	135.46		198.43
1981	134.99		207.72
1982	136.81		202.42
1983	123.54		136.84
1984	112.85		107.79
1985	117.06		102.03
1986	121.14		111.46
1987	100.00		100.00

ELABORACO: CES/PLAN/IPLEA

GRÁFICO 11  
 BRASIL  
 INDICES DE SALARIO MÍNIMO MÉDIO REAL  
 1952 - 1987



MERCADO DE TRABALHO  
PRIMEIRO SEMESTRE DE 1988:  
MANUTENÇÃO DO EMPREGO E MELHORIA DOS RENDIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

Apesar da aceleração da inflação nos primeiros seis meses de 1988 e do menor dinamismo da economia brasileira, o mercado de trabalho mostra um quadro mais otimista do que era de se esperar. Em que pese a queda na indústria de transformação, o emprego tem crescido em todos os demais setores de atividade e em todas as regiões brasileiras. O pequeno aumento da taxa de desemprego no semestre significou muito mais o aumento proporcionalmente maior da oferta de mão-de-obra em relação à demanda, do que a dispensa de trabalhadores.

Os salários e os demais rendimentos dos trabalhadores, após as expressivas quedas em 1987, apresentaram uma ligeira recuperação tanto no que se refere aos salários pagos no setor formal da economia como aos ganhos dos trabalhadores por conta própria e dos empregados sem carteira. Também quanto ao valor real do salário mínimo, que vinha acusando quedas sistemáticas desde o segundo semestre de 1986, observou-se um expressivo aumento no primeiro semestre de 1988, relativamente ao segundo semestre de 1987.

## 2. DESEMPREGO

### 2.1. Informações do IBGE

A taxa média de desemprego apurada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas apresentou um pequeno acréscimo no primeiro semestre de 1988 (4,07%), comparativamente ao mesmo período do ano anterior (3,61%), acompanhando a retração da atividade econômica verificada no início deste ano, após o aquecimento tradicional de final de ano, quando a produção industrial se eleva para atender às encomendas de Natal e há um aumento nas vendas que sustentam o nível de emprego nessas duas atividades (Tabelas 1 e 2, Gráficos 1 e 2).

Entretanto, a tendência em 1988 é de queda na taxa de cada mês do semestre, ao contrário do verificado nos mesmos meses de 1987, que indica uma provável reversão do comportamento observado desde o segundo semestre de 1986, de aumento sistemático das taxas médias semestrais.

O bom desempenho da produção para o mercado externo, como já havia ocorrido em 1987, evitou o acirramento da recessão e o agravamento dos índices de desemprego, que também foram influenciados pelas expectativas frente à Assembleia Nacional Constituinte e à mudança na equipe econômica do Governo.

Relativamente às diversas áreas metropolitanas (tabela 1), o desemprego comportou-se de forma semelhante à taxa média, com maior proporção de desempregados em Recife e Salvador, relativamente às demais regiões. Quanto aos setores de atividade, comércio e serviços apresentaram a mesma tendência de elevação da taxa média semestral anteriormente analisada, enquanto os setores industriais não apresentaram aumento do desemprego no primeiro semestre de 1988 relativamente aos seis últimos meses de 1987.

Especificamente quanto à indústria de transformação, as expectativas anteriormente referidas, embora freando o processo de crescimento econômico pelo adiamento dos investimentos e retração da produção, por outro lado não refletiram negativamente sobre o nível de emprego manufatureiro. As empresas preferiram não demitir seus empregados na crença de que as incertezas então existentes seriam logo superadas.

## 2.2. Informações do DIEESE/SEADE

A taxa de desemprego medida pelo DIEESE/SEADE teve um comportamento similar ao verificado na pesquisa mensal de emprego do IBGE para a região metropolitana de São Paulo, tanto no que se refere ao desemprego aberto como ao desemprego oculto. O desemprego médio no primeiro semestre de 1988 manteve a tendência crescente já observada no segundo semestre de 1987 relativamente aos primeiros seis meses deste ano (tabela 3, Gráfico 3). Entretanto, apesar da queda do emprego na indústria de transfor-

mação e no comércio, o nível de ocupação na região metropolitana de São Paulo acusou um pequeno acréscimo entre o primeiro semestre de 1988 e o mesmo período do ano anterior. Isto porque, a exemplo do que aconteceu na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas pela PME/IBGE, em São Paulo a pesquisa de emprego e desemprego do DIEESE/SEADE mostra um crescimento aparentemente contraditório dos indicadores de emprego e de desemprego, ocasionado pelo fato de que a força de trabalho cresceu mais que o número de pessoas ocupadas, de acordo com a tabela abaixo:

GRANDE SÃO PAULO  
PEA - OCUPAÇÃO - TAXA DE DESEMPREGO  
VARIACÃO SEMESTRAL

	1º SEMEST. 87	1º SEMEST. DE 88	VARIAÇÃO
PEA <sup>1</sup>	7.587,8	7.762,8	2,3
OCUPADOS <sup>2</sup>	113,5	113,9	0,35
INDÚSTRIA	121,4	113,6	-6,42
COMÉRCIO	116,5	112,9	-3,00
SERVIÇO	108,3	114,9	6,09
OUTROS*	106,3	112,5	5,83
TAXA DE DESEMP. <sup>3</sup>	8,5	10,3	-

Fonte: PED - DIEESE/SEADE

\* Engloba Construção Civil, Serviços domésticos etc.

<sup>1</sup> Mil pessoas

<sup>2</sup> Índice do nível de ocupação. Base - Média de 1985 = 100

<sup>3</sup> taxa média do semestre

Quanto ao desemprego oculto, a taxa média do primeiro semestre de 1988 apresenta-se estável quando comparada com a do segundo semestre de 1987, e levemente maior se comparada com a dos primeiros seis meses de 1987. O desemprego oculto pelo trabalho precário se acelera entre os primeiros semestres de 1987 e de 1988, enquanto o desalento vem apresentando tendência decrescente desde o início de 1985.

### 2.3. Seguro-Desemprego

O número de trabalhadores atendidos pelo Programa Seguro-Desemprego, no primeiro semestre de 1988 (484,4 mil desempregados) representa mais da metade do total de pessoas que foram beneficiadas do início do programa em julho de 1986 até dezembro de 1987 (927,5 mil), e corresponde a um crescimento de 48,5% em relação aos segurados dos primeiros seis meses de 1987. (Tabela 4, Gráfico 4). Este dado reflete muito mais o desaquecimento econômico do período e o crescimento bastante modesto do nível de emprego formal da economia, do que aumentos significativos da cobertura do sistema como vinha ocorrendo até meados de 1987.

Quanto à distribuição regional, é nos estados mais industrializados, onde o mercado de trabalho é mais estruturado, que se concentra a maioria dos requerentes e dos segurados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco respondem por cerca de 80,0% dos requerentes e dos segurados. Por outro lado, a principal razão de indeferimento às solicitações de seguro-desemprego continua sendo as 36 contribuições previdenciárias nos últimos quatro anos e os seis salários recebidos anteriormente à dispensa, indicando que o mercado de trabalho brasileiro continua a apresentar elevados índices de rotatividade ou é constituído de uma grande quantidade de trabalhadores recente ou precariamente formalizados.

### 3. EMPREGO

#### 3.1. Informações da Lei 4923/65 (MTb)

Apesar do fraco desempenho da indústria de transformação brasileira nos seis primeiros meses de 1988, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho revelam um crescimento no nível de emprego do setor formal, principalmente porque o decréscimo do emprego industrial tem sido mais que compensado pela expansão das oportunidades de trabalho nos setores da construção civil, dos serviços e da administração pública (Tabela 5, Gráfico 5). Na indústria de transformação, em que pese a ligeira recuperação em maio e junho, o nível de emprego no primeiro semestre de 1988 situa-se quase 3,0% abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior.

A construção civil foi o setor que apresentou um dos melhores resultados em termos de emprego. De janeiro a junho de 1988 foram criados nesse setor 76,2 mil novos empregos, um número expressivo diante da redução de mais 30,0 mil postos de trabalho no primeiro semestre de 1987. O nível de emprego na construção civil já vinha crescendo desde julho de 1987, mas a criação de empregos neste setor foi mais acelerada nos quatro primeiros meses de 88, possivelmente como reflexo da excepcional safra agrícola 1987/88 e do volume de obras públicas em um ano eleitoral.

O setor serviços continua a liderar a criação de novos postos de trabalho, respondendo por 44,2% do volume de emprego gerado no primeiro semestre do ano. Isto pode estar significando que o setor tem uma dinâmica própria, revelando certa capacidade de, na recessão, absorver um grande contingente de pessoas em atividades de baixa remuneração e produtividade e, na fase ascendente do ciclo, apresentar um ritmo de crescimento do emprego mais lento do que nos demais setores.

### 3.2. Informações da FIESP

Enquanto a produção industrial paulista se retrai em 5,3% nos meses de janeiro a junho de 1988, o nível de pessoal ocupado pesquisado pela FIESP apresentou menor decréscimo nos seis meses terminados em junho, com variação de -3,2% (Tabela 6, Gráfico 6). Entretanto, mostrou-se praticamente estável nos últimos doze meses, da mesma forma como se comportou o emprego industrial no País, resultado da espera de uma definição do quadro político-econômico: votação de alguns artigos na Assembléia Nacional Constituinte, adoção de uma política industrial, negociação da dívida externa. Uma parte dos empresários optou pela manutenção de seus operários, evitando no futuro custos maiores com readmissão e treinamento.

Mas, apesar disso, a redução do emprego no primeiro semestre de 1988, relativamente ao mesmo período de 1987, foi acompanhada da diminuição das horas trabalhadas na produção (-2,9%) e da utilização da capacidade instalada (-1,2%). E estas



quedas só não foram maiores graças à sustentação do nível de atividade nos setores voltados para a exportação e ao bom desempenho na safra agrícola, ao lado de uma taxa de juro relativamente baixa no início do ano, favorecendo a formação de estoques.

#### 4. RENDIMENTOS

##### 4.1. Informações do IBGE

Nos primeiros seis meses de 1988, o rendimento médio real dos trabalhadores das áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, ficou 2,0% acima da média dos últimos seis meses de 1987, mas, apesar desta pequena recuperação, ainda situava-se em nível 1,1% inferior ao verificado de janeiro a junho de 1987 (Tabela 7, Gráfico 7).

Analisando médias trimestrais desde janeiro de 1987, constata-se que em nenhum outro trimestre o rendimento médio dos ocupados e o dos empregados com carteira foram superiores ao do primeiro trimestre de 1987, significando que os "gatilhos" do Plano Cruzado, como também as URPs do Plano Bresser não foram suficientes para manter o poder de compra dos trabalhadores brasileiros. Apesar disso, o rendimento médio real no primeiro semestre de 1988 ainda é cerca de 14,0% superior ao observado no ano de 1985.

Para a maioria dos trabalhadores do chamado setor informal, persistem as perdas mais significativas relativamente aos empregados com carteira já observadas anteriormente (Tabela 8, Gráfico 8), embora os ganhos eventuais obtidos no primeiro semestre de 1988 tenham amortecido a queda ocorrida no ano anterior, como no caso dos empregados sem carteira de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, e trabalhadores por conta própria da área metropolitana do Rio de Janeiro.

Por outro lado, no primeiro semestre de 1988 mantém-se a tendência de aumento do contingente de subempregados - trabalhadores ocupados sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo - já observada no segundo semestre de 1987 (Tabela 9, Gráfico 9), comprovando que esse indicador é bastante sensível ao nível absoluto do salário mínimo, que vem acusando ganhos reais acima da inflação desde a instituição do Piso Nacional de Salários em agosto de 1987.

#### 4.2. Informações da FIESP

Ao contrário do que ocorreu com os rendimentos da maioria dos trabalhadores brasileiros, os operários da indústria paulista conseguiram, no primeiro semestre de 1988, manter o salário médio real em níveis próximos ao verificado durante o ano de 1986. Comparativamente ao primeiro semestre de 1987, verificou-se nos seis primeiros meses de 1988 um ganho real de 3,6% (Tabela 6, Gráfico 6). Entretanto, quando se compara esse salário médio

real com o segundo semestre de 1987, verifica-se um ganho mais acentuado de 8,3%, bastante superior ao acréscimo real dos rendimentos dos empregados com carteira da área metropolitana de São Paulo (3,8%), informados pela PME/IBGE, que se referem a trabalhadores de todos os setores de atividade.

Com exceção do mês de junho, o salário médio real da indústria paulista vem apresentando uma tendência crescente desde janeiro de 1988. Uma vez que a URP (Unidade de Referência de Preços) quase sempre esteve abaixo da taxa de inflação, pode-se concluir que os industriários paulistas, de maneira geral, estão obtendo, através de negociações e dissídios, ganhos reais significativos, em grande parte devido ao poder de barganha dos seus sindicatos. Por outro lado, a estrutura oligopolista das empresas tem facilitado o repasse dos aumentos de custo de mão-de-obra para os preços, garantindo, dessa forma, maior flexibilidade nas negociações entre os trabalhadores e seus patrões.

#### 4.3. Salário Mínimo

Os aumentos mensais acima do índice de inflação resultaram, nos primeiros seis meses do ano de 1988, comparativamente com o segundo semestre de 1987, em um aumento do poder de compra médio real do Piso Nacional de Salários de 10,3% (Tabela 10, Gráfico 10). Relativamente ao poder de compra médio do salário mínimo do primeiro semestre de 1987, observou-se, entretanto, uma relativa estabilidade (-0,6%). Esses resultados, a par de mostrarem

que os aumentos reais concedidos após agosto de 1987, quando foi criado o Piso Nacional de Salários, finalmente estejam produzindo seus efeitos positivos, evidenciam que a queda monotônica do poder de compra do salário mínimo desde 1986 atingiu seu ponto mais crítico no segundo semestre de 1987.

## 5. OBSERVAÇÕES FINAIS

O nível de emprego industrial tem-se mantido estável nos últimos doze meses, provavelmente devido ao clima de incertezas no plano político-econômico, e a par do adiamento dos novos investimentos e da retração dos níveis de produção industrial. Dessa forma, dada a possibilidade de repasse para os preços de eventuais pressões de custo, as empresas certamente optaram por manter seus empregados. Para o segundo semestre, quando tradicionalmente a indústria cresce mais, espera-se um aumento do nível de emprego que tende a repercutir para os demais setores econômicos.

A taxa de desemprego da força de trabalho brasileira, observada no primeiro semestre de 1988, é maior que a constatada nos três semestres anteriores, mas nesse ano a tendência é de queda, contrariamente ao que sucedeu no primeiro semestre de 1987. Aparentemente paradoxal, esse aumento do desemprego foi acompanhado de um pequeno acréscimo do nível de ocupação da mão-de-obra, porque o crescimento da força de trabalho foi superior ao do número de pessoas ocupadas.

Interrompendo a trajetória de queda do poder de compra dos trabalhadores brasileiros desde o fracasso do Plano Cruzado, no primeiro semestre de 1988 os salários e os demais rendimentos do trabalho apresentaram alguma recuperação, em que pese a situação de desaquecimento da atividade econômica na indústria de transformação e no comércio de mercadorias.

Na situação de inflação crescente, a política de reajustes salariais pela URP provoca perdas sistemáticas do poder aquisitivo dos trabalhadores. Assim, a possibilidade dos trabalhadores brasileiros manterem os ganhos reais obtidos no primeiro semestre de 1988 dependerá, em grande medida, da estabilidade ou queda dos níveis de inflação.+

TABELA 1  
BRASIL  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO POR REGIÕES METROPOLITANAS  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JULHO/86-JUNHO/88

MESES	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Sao Paulo	Porto Alegre	Taxa Média**
JULHO/86	4,94	4,94	3,77	3,64	3,09	3,98	3,60
AGOSTO	4,30	5,06	3,54	3,45	3,20	3,51	3,50
SETEMBRO	3,99	4,31	3,03	3,26	2,93	3,61	3,23
OUTUBRO	3,48	3,91	2,43	3,02	2,89	2,83	2,98
NOVEMBRO	3,30	3,78	2,54	2,63	2,43	2,54	2,64
DEZEMBRO	2,97	3,68	2,21	2,29	1,75	2,34	2,16
JANEIRO/87	3,53	3,73	3,52	2,87	3,25	3,15	3,19
FEVEREIRO	4,34	3,41	4,00	3,33	3,12	3,60	3,38
MARCO	4,48	3,94	3,03	3,05	3,12	4,04	3,28
ABRIL	4,37	3,85	3,82	2,78	3,46	3,86	3,39
MAIO	6,18	4,07	4,48	3,73	3,78	3,59	3,97
JUNHO	6,09	4,75	4,88	3,90	4,45	4,28	4,43
JULHO	6,07	4,38	4,70	3,86	4,57	5,02	4,47
AGOSTO	5,82	4,12	4,12	3,19	4,63	4,73	4,22
SETEMBRO	6,18	4,57	4,05	3,46	3,95	4,46	4,03
OUTUBRO	5,67	4,22	3,54	3,35	4,18	3,95	3,96
NOVEMBRO	5,22	3,90	3,68	3,07	3,78	3,35	3,63
DEZEMBRO	4,18	4,07	3,27	2,29	2,81	2,98	2,86
JANEIRO/88	6,23	4,91	4,34	3,78	3,96	3,43	3,80
FEVEREIRO	6,04	4,82	4,28	3,42	4,67	4,21	4,33
MARCO	6,25	4,93	4,13	3,40	4,58	4,30	4,30
ABRIL	5,87	5,07	4,35	3,26	4,22	3,91	4,08
MAIO	5,06	4,82	4,64	3,19	4,35	3,66	4,04
JUNHO	5,00	5,17	4,60	3,03	4,00	4,05	3,90

FONTE: PME/IBGE

\* Pessoas desocupadas em relação as pessoas economicamente ativas

\*\* Taxa ponderada pela PEA das 6 Regiões Metropolitanas

IDADE MÍNIMA-15 ANOS

ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 1  
REGIÕES METROPOLITANAS  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (PME/IBGE)  
JULHO 85 - JUNHO 88

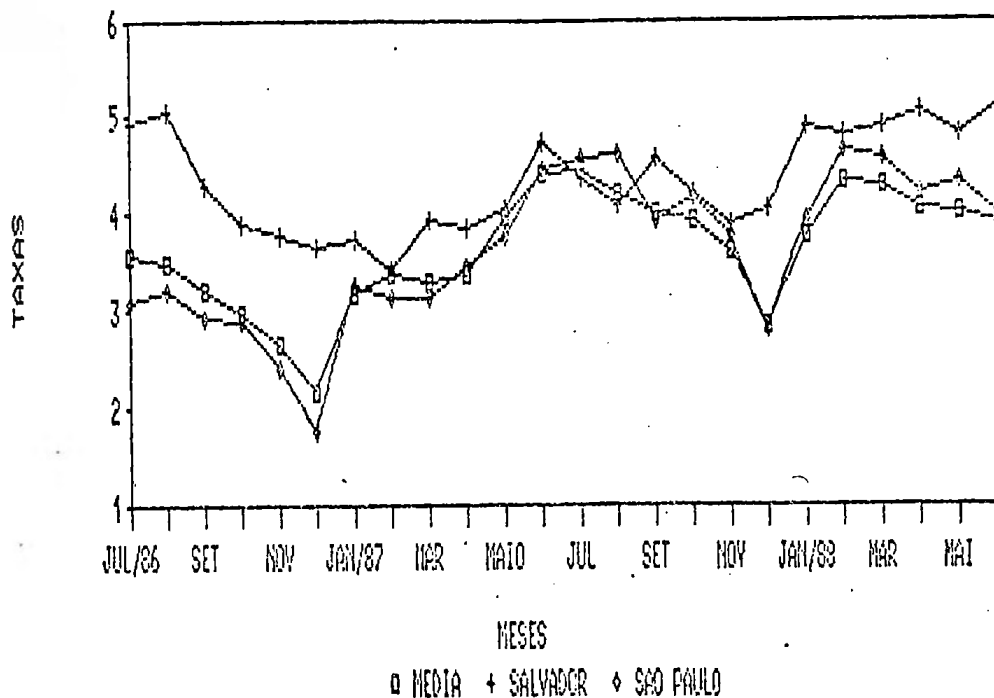


TABELA 2  
BRASIL  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO(\*) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA  
SEGUNDO OS MESES DO ANO(\*\*)  
JULHO/86-JUNHO/88

MESES	IND. DE TRANSF.	COMERCIO	CONST. CIVIL	SERVICOS	OUTRAS ATIVID.	TAXAS MEDIAS
JULHO/86	3,66	3,56	4,00	2,85	1,55	3,60
AGOSTO	3,44	3,57	3,31	2,81	1,48	3,50
SETEMBRO	3,14	3,31	3,30	2,69	1,48	3,23
OUTUBRO	3,83	3,12	2,79	2,46	1,19	2,98
NOVEMBRO	3,74	2,27	2,11	2,27	0,91	2,64
DEZEMBRO	2,25	1,99	2,59	1,81	0,98	2,16
JANEIRO/87	3,76	3,33	3,25	2,36	1,19	3,19
FEVEREIRO	3,75	3,86	3,02	2,85	1,21	3,36
MARCO	3,61	3,96	3,23	2,43	1,82	3,28
ABRIL	4,11	4,11	3,23	1,46	1,41	3,39
MAIO	4,93	4,49	4,29	2,83	1,83	3,97
JUNHO	5,69	4,47	5,87	3,25	1,87	4,43
JULHO	6,39	4,55	5,18	3,84	2,86	4,47
AGOSTO	5,95	4,69	4,75	2,79	1,67	4,22
SETEMBRO	5,24	4,38	4,24	2,96	1,99	4,03
OUTUBRO	5,33	4,27	3,68	2,95	1,51	3,96
NOVEMBRO	4,68	3,71	3,95	2,82	1,07	3,63
DEZEMBRO	3,28	3,02	3,08	2,23	1,37	2,86
JANEIRO/88	4,56	3,87	4,09	2,45	1,38	3,80
FEVEREIRO	5,57	4,18	4,06	3,37	1,86	4,33
MARCO	5,22	4,66	4,20	3,33	2,82	4,30
ABRIL	5,03	4,80	3,44	3,21	1,46	4,08
MAIO	5,34	4,66	3,51	2,97	1,18	4,04
JUNHO	5,06	4,36	4,08	2,81	1,26	3,90

FONTE: PME/IBGE

\* Pessoas desocupadas em relação as pessoas economicamente ativas

\*\* Taxas ponderadas pela PEA das 6 Regiões Metropolitanas

IDADE MINIMA-15 ANOS

ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 2  
BRASIL  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (PME/IBGE)  
JULHO 86 - JUNHO 88

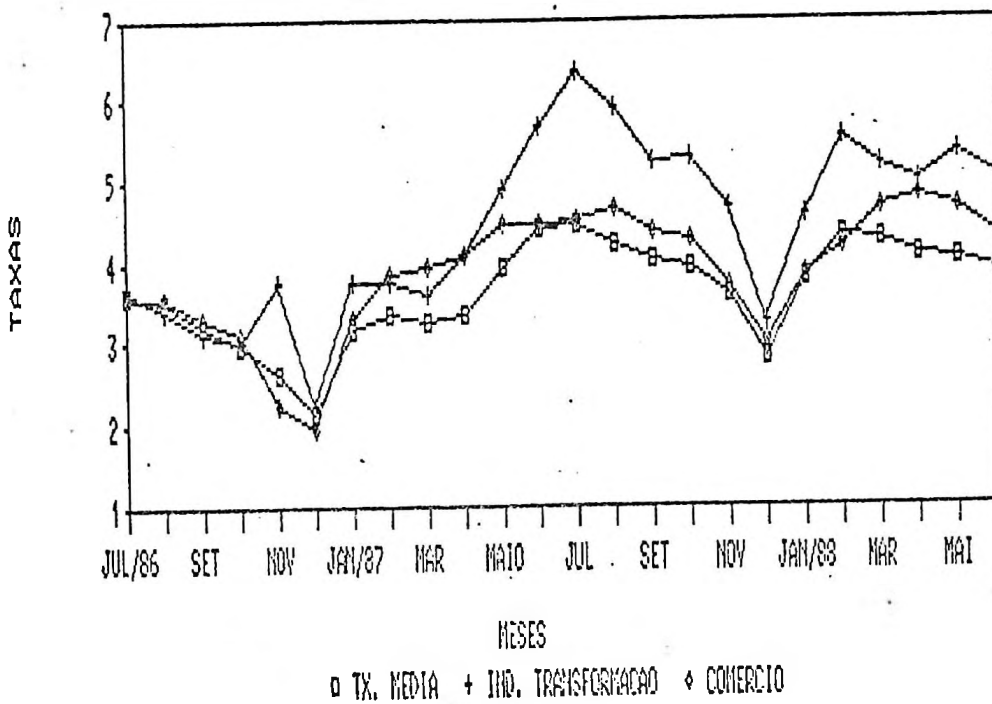


TABELA 3  
GRANDE SÃO PAULO  
TAXA DE DESEMPREGO, POR TIPO DE DESEMPREGO EM RELAÇÃO A  
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JULHO/86 - JUNHO/88

MESES	TOTAL	ABERTO	OCULTO*		
			TOTAL	PRECARIO	DESALENTO
JULHO/86	9,7	6,0	3,7	2,1	1,6
AGOSTO	9,7	6,0	3,7	2,0	1,7
SETEMBRO	9,5	5,7	3,7	2,0	1,7
OUTUBRO	9,0	5,5	3,5	1,9	1,6
NOVEMBRO	8,2	5,0	3,2	1,7	1,5
DEZEMBRO	7,3	4,4	2,9	1,4	1,5
JANEIRO/87	7,3	4,4	2,9	1,4	1,5
FEVEREIRO	7,6	4,8	2,8	1,3	1,5
MARCO	8,5	5,7	2,8	1,4	1,4
ABRIL	8,9	6,2	2,7	1,5	1,2
MAYO	9,5	6,7	2,8	1,7	1,1
JUNHO	9,4	6,6	2,8	1,8	1,0
JULHO	9,4	6,6	2,8	1,8	1,0
AGOSTO	9,7	6,6	3,1	1,9	1,2
SETEMBRO	10,1	6,8	3,3	2,0	1,3
OUTUBRO	9,8	6,7	3,1	1,8	1,3
NOVEMBRO	9,1	6,2	2,9	1,6	1,3
DEZEMBRO	8,6	5,8	2,8	1,6	1,2
JANEIRO/88	9,4	6,2	3,2	2,0	1,2
FEVEREIRO	10,3	6,9	3,4	2,1	1,3
MARCO	11,0	7,7	3,3	2,1	1,2
ABRIL	10,4	7,6	2,8	1,9	0,9
MAYO	10,4	7,8	2,6	1,8	0,8
JUNHO	10,1	7,4	2,7	1,9	0,8

FONTE: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO - SEADE/DIEESE  
obs: AS TAXAS REPRESENTAM A MEDIA MOVEL DOS ULTIMOS 3 MESES  
ELABORAÇÃO: CEE/ IPLAN

1. DESEMPREGO ABERTO: Procurou trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceu nenhuma ocupação nos últimos 7 dias;
2. DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECARIO: Realiza, de forma irregular, algum trabalho remunerado ou não remunerado de ajuda em negócios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho;
3. DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO: Não possui nenhum trabalho, não procurou nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto, procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás.

GRÁFICO 3  
GRANDE SÃO PAULO  
TAXAS DE DESEMPREGO (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE)  
JULHO 86 - JUNHO 88

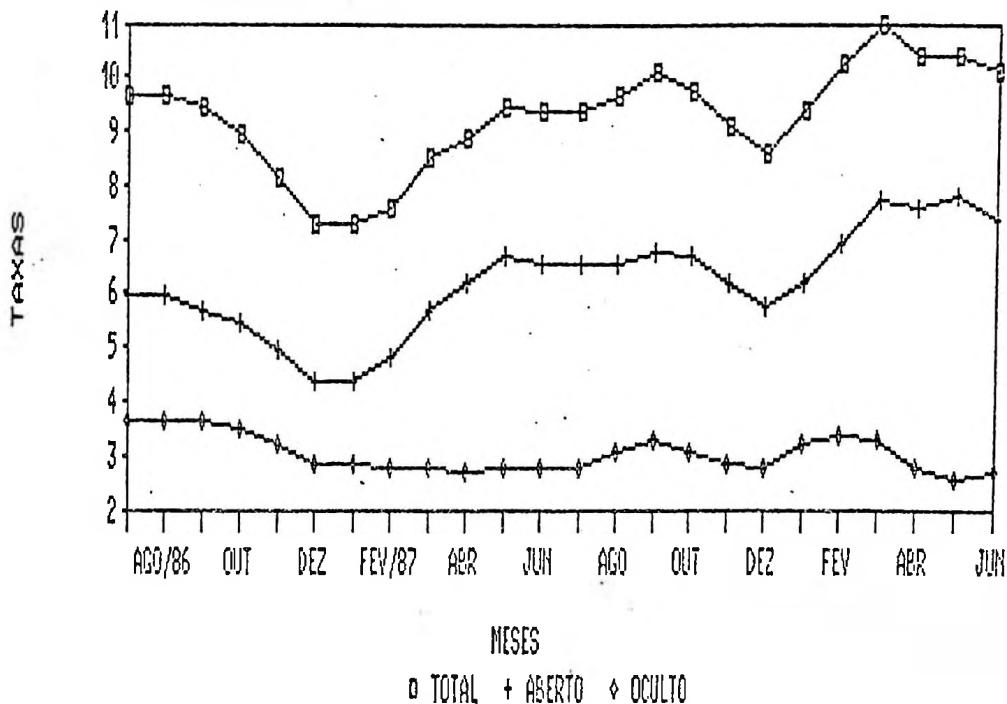




TABELA 4  
BRASIL  
NUMERO DE REQUERENTES E SEGURADOS DO PROGRAMA  
SEGURO DESEMPREGO SEGURO OS MESES DO ANO  
JULHO/86-JUNHO/88

DISCRIMINACAO MESES	NUMERO DE REQUERENTES	INDICE	NUMERO DE SEGURADOS	INDICE
JULHO/86	14204	100,0	8322	100,0
AGOSTO	29995	211,2	20895	241,5
SETEMBRO	40794	287,2	27800	334,1
OUTUBRO	46489	326,7	31451	377,9
NOVEMBRO	54179	381,4	34699	417,0
DEZEMBRO	44361	312,3	29930	359,6
JANEIRO/87	76492	538,5	52842	635,0
FEVEREIRO	57127	402,2	39681	476,8
MARCO	76306	537,2	53369	640,6
ABRIL	53151	374,2	35470	426,3
MAYO	97260	684,7	61104	734,2
JUNHO	102452	721,3	64488	774,9
JULHO	112806	794,2	70853	841,8
AGOSTO	123926	872,5	79772	958,6
SETEMBRO	120990	851,8	81346	977,5
OUTUBRO	100484	707,4	69249	832,1
NOVEMBRO	107693	758,2	76365	917,6
DEZEMBRO	61988	436,4	44119	530,1
JANEIRO/88	120450	848,0	82285	988,8
FEVEREIRO	85302	459,7	45625	548,2
MARCO	140986	992,6	99344	1193,8
ABRIL	109723	772,5	74708	897,7
MAYO	131221	923,8	95195	1143,9
JUNHO	119411	840,7	87261	1048,6

FONTE: CATO/SES/MTb  
ELABORACAO: CES/IPLAN  
obs: dados sujeitos a retificacoes

GRÁFICO 4  
BRASIL  
ÍNDICES DE REQUERENTES E SEGURADOS DO PROGRAMA SEGURO DESEMPREGO  
JULHO 86 - JUNHO 88

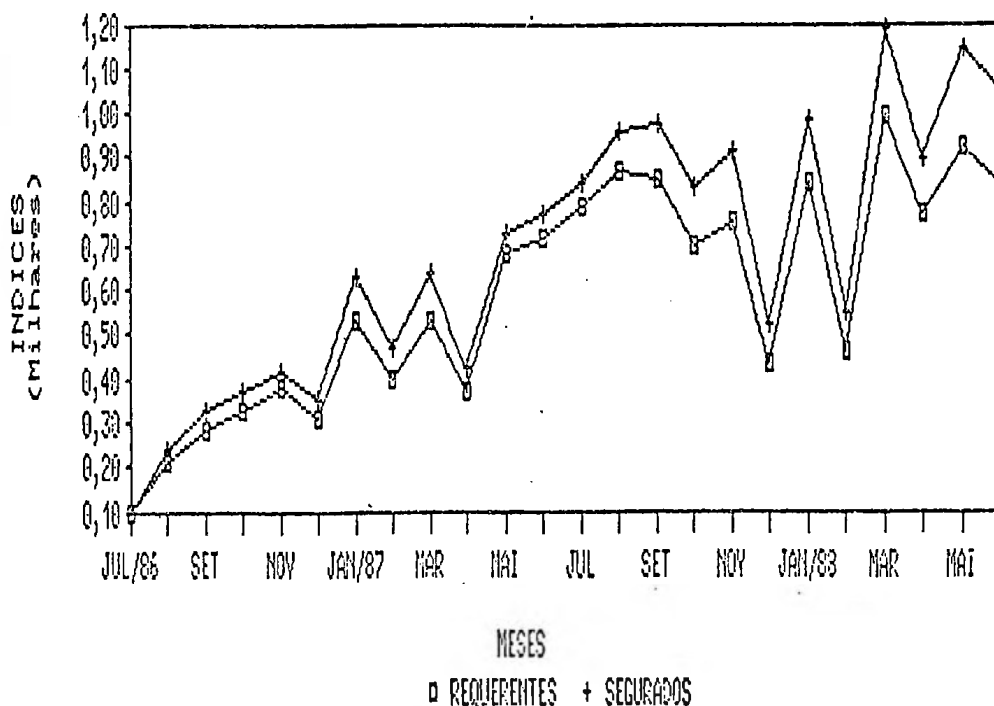


TABELA 5  
BRASIL  
ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEGUNDO  
OS MESES DO ANO  
JULHO/86-JUNHO/88

MESES	TOTAL	EXT. MINERAL	IND. DE TRANSP.	SERVICO			ADM. PUBLICA	AGRICULT. ETC...	OUTROS	
				IND. UTIL. PUBLICA	CONST. CIVIL	COMERCIO				
JULHO/86	109,38	102,87	114,08	104,52	109,58	109,46	106,59	103,16	102,82	107,19
AGOSTO	109,11	102,93	115,56	104,58	109,58	110,37	107,02	105,88	102,98	107,83
SETEMBRO	109,76	102,93	116,94	104,41	111,73	111,26	107,41	102,97	102,99	108,60
OUTUBRO	110,37	102,93	118,95	104,27	112,56	112,41	107,87	102,87	102,27	108,87
NOVEMBRO	110,58	102,83	118,65	104,24	112,83	114,04	108,32	102,79	101,01	108,65
DEZEMBRO	110,42	102,34	117,39	104,05	110,99	113,39	107,56	102,62	98,14	107,14
JANEIRO/87	110,28	101,83	118,99	103,97	111,70	112,71	108,83	102,53	98,61	107,16
FEBREIRO	110,77	102,19	118,86	103,87	111,77	112,81	108,81	102,54	98,81	107,43
MARÇO	110,79	102,02	118,88	103,88	110,40	112,39	109,27	102,61	99,07	107,56
ABRIL	110,43	102,43	118,44	103,59	109,88	112,14	109,83	102,94	99,61	107,61
MAIO	110,99	102,61	118,12	103,44	108,16	112,17	110,46	103,13	102,56	107,87
JUNHO	110,65	103,05	118,68	103,51	107,47	111,88	110,64	103,28	104,43	107,82
JULHO	110,25	103,93	115,68	103,72	107,92	111,68	110,67	103,42	104,91	107,73
AGOSTO	110,46	104,34	114,88	103,71	109,20	112,10	110,99	103,56	105,48	108,19
SETEMBRO	111,02	104,95	115,68	103,88	110,47	112,85	111,42	103,72	105,77	108,56
OUTUBRO	111,51	105,02	116,14	104,23	111,35	113,74	111,88	103,85	105,43	109,14
NOVEMBRO	111,88	105,08	116,16	104,48	112,33	115,18	112,24	103,99	104,59	109,17
DEZEMBRO	110,87	104,24	114,46	104,48	110,68	114,16	111,47	103,97	101,82	107,95
JANEIRO/88	111,13	104,49	114,41	104,72	113,27	113,66	111,92	104,17	102,18	108,16
FEBREIRO	111,37	104,75	114,36	105,03	115,38	113,49	112,28	104,55	102,27	108,44
MARÇO	111,89	104,76	114,48	105,26	116,88	113,76	113,18	105,13	102,29	108,72
ABRIL	112,43	105,82	114,85	105,66	117,94	114,24	113,83	105,58	103,27	109,62
MAIO	113,09	105,87	115,59	106,08	118,42	114,88	114,42	106,28	106,11	109,72
JUNHO	113,58	105,42	115,89	106,32	119,11	114,42	114,96	106,76	107,13	109,79

FONTE: CADASTRO GERPL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - LEI 4923/65 - ATD

BASE: DEZ/84

ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

8

GRÁFICO 5  
BRASIL  
ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO (LEI 4.923/65-MTB)  
JULHO 86 - JUNHO 88

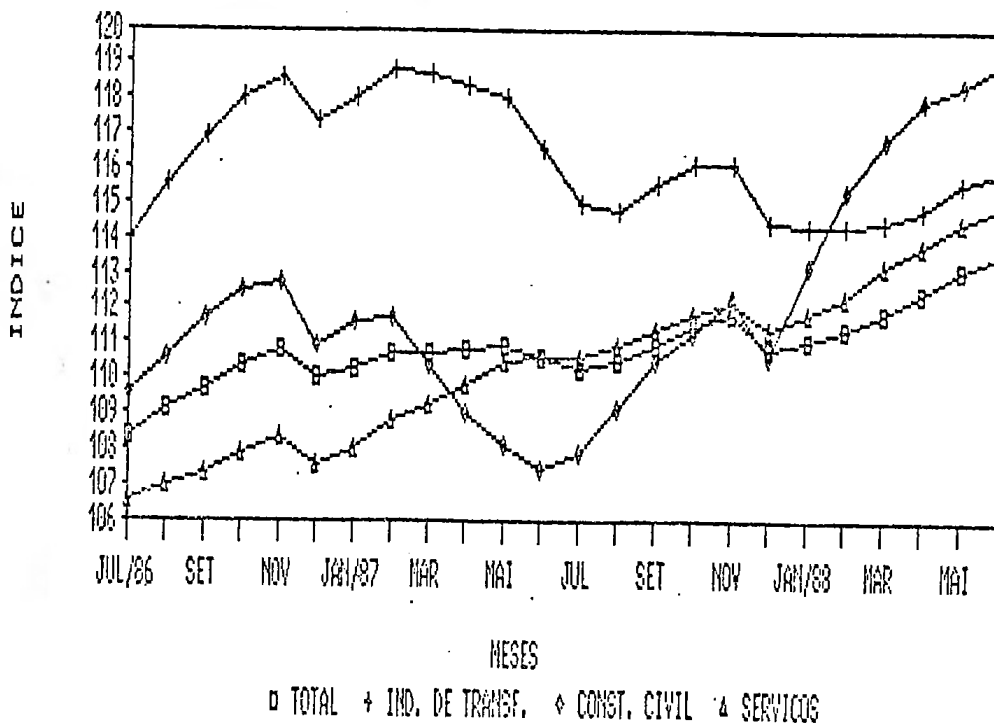
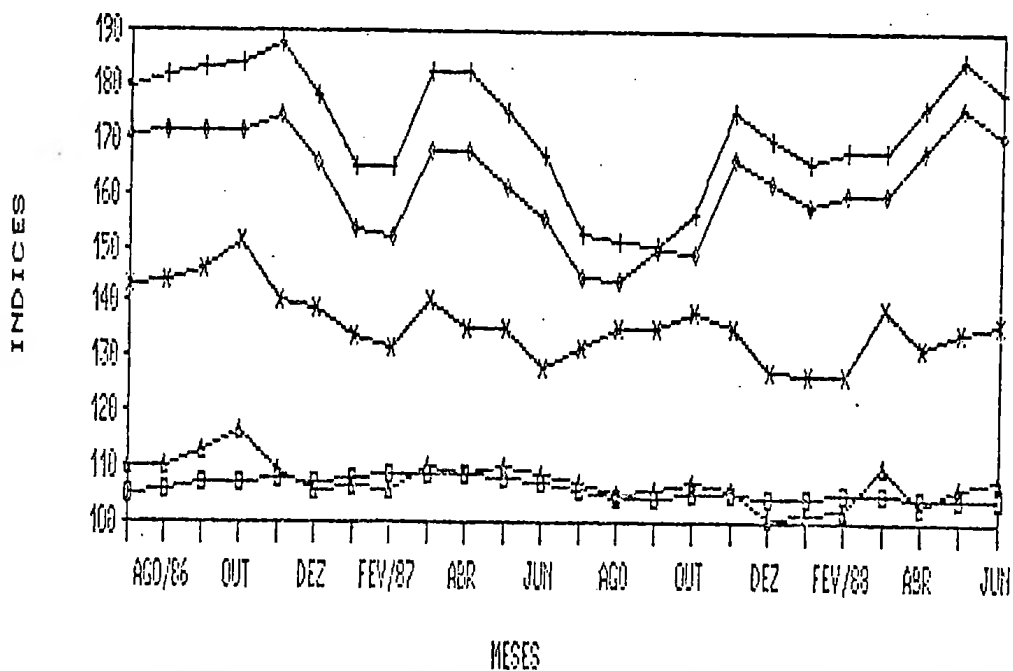


TABELA 6  
ESTADO DE SÃO PAULO  
ÍNDICES DA FIESP  
PESSOAL OCUPADO, SALÁRIO, HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO,  
UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA E NÍVEL DE ATIVIDADE  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JULHO/86-JUNHO/88

MESES	PESSOAL OCUPADO	MASSA SALARIAL REAL (*)	SALÁRIO MÉDIO REAL (*)	HORAS TRABALHADAS NA PROD.	UTILIZ. DA CAPAC. INSTAL. %	NÍVEL DE ATIV.
JULHO/86	104,9	179,5	171,4	110,2	81,5	143,9
AGOSTO	105,8	181,7	171,7	110,2	81,5	144,3
SETEMBRO	106,9	183,5	171,6	113,2	82,6	146,8
OUTUBRO	107,4	184,4	171,7	116,5	83,4	151,6
NOVEMBRO	107,7	188,1	174,5	109,7	81,4	140,5
DEZEMBRO	107,2	178,1	165,9	105,6	79,6	139,5
JANEIRO/87	107,7	165,6	153,6	106,7	81,3	134,3
FEVEREIRO	108,7	165,3	151,9	105,6	81,4	131,7
MARCO	108,6	182,7	168,0	110,1	81,8	140,3
ABRIL	108,5	182,7	168,2	108,9	81,6	135,5
MAIO	108,2	175,4	161,8	110,2	81,2	135,4
JUNHO	106,9	167,3	156,1	109,0	80,0	128,1
JULHO	105,6	153,1	144,7	107,5	80,2	131,9
AGOSTO	104,6	151,3	144,6	105,4	80,2	135,6
SETEMBRO	104,5	150,7	150,0	105,6	80,9	135,7
OUTUBRO	104,8	156,8	149,7	106,9	81,2	138,8
NOVEMBRO	105,1	175,2	166,7	105,7	81,2	135,7
DEZEMBRO	104,7	170,3	162,4	100,4	78,3	127,7
JANEIRO/88	104,7	165,7	158,0	101,6	79,3	126,9
FEVEREIRO	104,8	168,2	160,4	102,3	80,0	127,2
MARCO	104,8	167,9	160,1	109,9	81,5	139,4
ABRIL	104,7	176,5	163,3	103,2	79,3	131,9
MAIO	104,5	184,6	176,4	106,2	80,3	134,5
JUNHO**	104,3	178,9	171,3	107,8	80,8	136,4

FONTE: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BASE: MÉDIA DE 1978  
DEFLATOR: (\*) ICV/FIFE  
ESTIMATIVAS FIESP (\*\*)  
ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 6  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PESSOAL OCUPADO, SALÁRIO MÉDIO (ÍNDICES FIESP)  
JULHO 86 - JUNHO 88



□ PESSOAL OCUPADO + MASSA SAL. REAL ◊ SAL. MÉDIO REAL ▲ HORAS TRAB. NA PROD × NÍVEL DE ATIV.

## TABELA 7

BRASIL

RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS  
E DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO POR REGIÕES METROPOLITANAS  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JULHO/86-JUNHO/88

MESES	BELO HORIZONTE		RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO		PORTO ALEGRE		MÉDIA(1)	
	OCUPADOS	EMPREGADOS COM CART.	OCUPADOS	EMPREGADOS COM CART.	OCUPADOS	EMPREGADOS COM CART.	OCUPADOS	EMPREGADOS COM CART.	OCUPADOS	EMPREGADOS COM CART.
JULHO/86	2721	2834	2771	2895	3579	3494	2979	2485	3189	3138
AGOSTO	2794	2889	2772	2925	3714	3567	3137	2743	3275	3231
SETEMBRO	2896	2853	2799	2965	3768	3617	3251	2837	3329	3238
OUTUBRO	3183	2997	2858	3815	3916	3674	3224	2846	3435	33-7
NOVEMBRO	3868	2944	2837	2986	4185	3835	3299	2965	3546	3-26
DEZEMBRO	3182	3118	3298	3529	4773	4496	3432	3116	4829	39-33
JANEIRO/87	2647	2567	2654	2782	3879	3489	2837	2435	3279	39-71
FEBREIRO	2486	2446	2491	2562	3624	3343	2889	2497	3889	29-58
MARÇO	2394	2478	2478	2558	3463	3188	2634	2398	2974	28-61
ABRIL	2235	2384	2353	2475	3146	3047	2461	2295	2745	27-9
MAIO	2118	2268	2386	2491	3838	2989	2445	2317	2665	27-88
JUNHO	1939	2127	2156	2394	2852	2798	2296	2189	2495	25-57
JULHO	1944	2159	2189	2295	2794	2742	2282	2115	2449	25-31
AGOSTO	2883	2231	2183	2341	2989	2841	2387	2161	2549	25-77
SETEMBRO	2133	2252	2285	2458	3824	2966	2399	2225	2648	26-76
OUTUBRO	2887	2248	2262	2434	2949	2865	2411	2242	2598	28-05
NOVEMBRO	2222	2353	2329	2585	3841	3815	2489	2383	2656	27-8
DEZEMBRO	2515	2776	2698	3866	3515	3589	2587	2579	3875	35-71
JANEIRO/88	2173	2381	2349	2492	3818	2985	2186	2873	2645	28-94
FEBREIRO	2145	2264	2482	2563	3123	3196	2326	2198	2755	27-78
MARÇO	2131	2291	2456	2566	3177	3872	2289	2161	2778	27-1
ABRIL	2898	2386	2466	2577	3186	3118	2227	2142	2767	27-53
MAIO	2885	2282	2458	2578	3261	3271	2427	2316	2814	28-2
JUNHO	2861	2189	2344	2488	3135	3157	2375	2332	2712	27-2

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME)/IBGE

DEFLATOR: INPC (SEN O EMPREGADO COMPULSORIO INSTITUÍDO EM JULHO DE 1986)

EM CRUZADOS DE MARÇO DE 1926

(\*MÉDIA PONDERADA PELAS PESSOAS OCUPADAS E PELOS EMPREGADOS C/ CARTEIRA

DAS QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS

ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 7  
REGIÕES METROPOLITANAS  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS (PME/IBGE)  
JULHO 86 - JUNHO 88

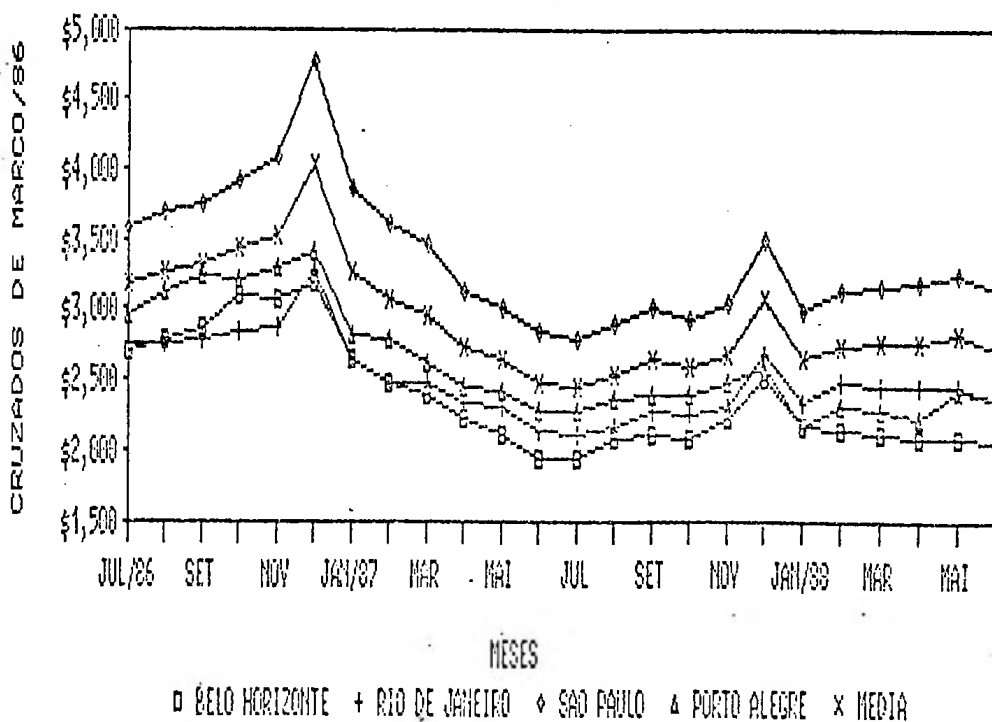


TABELA 8  
BRASIL  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA  
DE TRABALHO E DOS COM CONTAS PRÓPRIAS POR REGIÕES METROPOLITANAS SEGUNDO OS  
MESES DO ANO  
JULHO/86 - JUNHO/88

MESES	BELO HORIZONTE		RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		PORTO ALEGRE	
	EMPREGADOS:	CONTA	EMPREGADOS:	CONTA	EMPREGADOS:	CONTA	EMPREGADOS:	CONTA
	S/ CART. :	PRÓPRIA	S/ CART. :	PRÓPRIA	S/ CART. :	PRÓPRIA	S/ CART. :	PRÓPRIA
JULHO/86	1977	1956	2895	2195	2518	3233	3222	2313
AGOSTO	1949	2271	2179	2284	2595	3492	3364	2578
SETEMBRO	1972	2648	2883	2885	2852	3411	3321	2962
OUTUBRO	2205	2551	2847	2362	2629	3664	3331	3197
NOVEMBRO	2371	2656	2118	2342	2856	4856	3288	3203
DEZEMBRO	2338	2716	2383	2477	3458	4239	3415	3114
JANEIRO/87	2829	2325	2154	2259	2982	3695	2872	2746
FEBREIRO	1851	2198	2078	1961	2678	3522	2665	2498
MARÇO	1663	2859	2866	1949	2672	3191	2645	2481
ABRIL	1584	1783	1948	1795	2239	2785	2368	2152
MAI	1393	1542	1814	1797	2123	2452	2245	1932
JUNHO	1388	1387	1744	1418	2132	2338	2265	1864
JULHO	1231	1344	1728	1419	2835	2371	2315	1717
AGOSTO	1418	1461	1768	1517	2248	2568	2573	1869
SETEMBRO	1451	1546	1765	1583	2115	2562	2472	1977
OUTUBRO	1448	1516	1835	1566	2898	2689	2384	2852
NOVEMBRO	1599	1523	1852	1786	2198	2568	2428	2836
DEZEMBRO	1818	1568	2895	1689	2429	2867	2357	1988
JANEIRO/88	1722	1466	2888	1712	2136	2888	2255	1767
FEBREIRO	1635	1576	2289	1735	2272	2581	2461	1739
MARÇO	1552	1588	2247	1695	2445	2584	2395	1729
ABRIL	1418	1461	2198	1698	2311	2467	2164	1728
MAI	1365	1518	2153	1661	2353	2578	2148	1882
JUNHO	1359	1411	2818	1651	2231	2629	2126	1835

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME)/IBGE  
DEFLATOR: IPC (SEM O EMPRESTIMO COMPULSORIO INSTITUÍDO EM JULHO DE 1986)  
EM CRUZADOS DE MARÇO DE 1986  
ELABORAÇÃO: CES/PLAN

GRÁFICO 8  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, EMPREGADOS COM CARTEIRA,  
EMPREGADOS SEM CARTEIRA E DOS COM CONTAS PRÓPRIAS (PME/IBGE)  
JULHO 86 - JUNHO 88

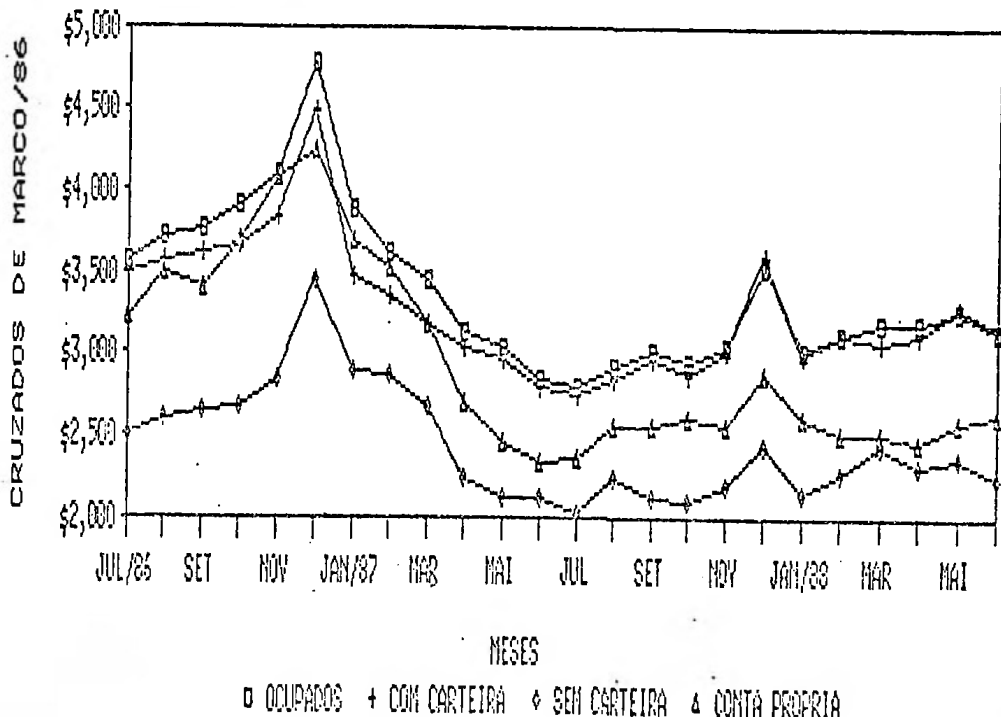


TABELA 9  
BRASIL  
PESSOAS OCUPADAS SEM RENDIMENTO OU COM RENDIMENTO INFERIOR A UM  
SALÁRIO MÍNIMO EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
POR REGIÕES METROPOLITANAS.  
JULHO/86-JUNHO/88

X

MESES	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TAXA MÉDIA*
JULHO/86	28,43	25,00	23,67	18,40	12,72	15,79	17,22
AGOSTO	26,12	23,92	22,69	18,20	11,93	15,35	16,54
SETEMBRO	25,15	23,07	22,11	17,57	11,34	14,57	15,86
OUTUBRO	23,28	21,97	21,34	17,61	10,38	13,64	15,10
NOVEMBRO	22,61	20,54	19,23	16,42	9,40	13,21	13,99
DEZEMBRO	21,18	20,01	17,73	14,75	7,74	12,16	12,70
JANEIRO/87	21,50	18,44	16,48	13,51	7,46	11,56	11,71
FEVEREIRO	26,06	24,47	23,90	17,84	9,17	14,52	15,17
MARÇO	21,44	16,56	16,50	12,83	7,36	11,96	11,35
ABRIL	29,12	22,43	22,20	18,87	10,04	15,40	15,81
MAIO	26,45	18,74	18,13	15,57	9,10	12,81	13,60
JUNHO	29,67	22,26	22,35	16,61	10,70	14,70	15,51
JULHO	28,00	21,22	21,65	16,96	9,61	13,95	14,86
AGOSTO	26,88	18,36	18,26	14,76	8,40	11,42	13,06
SETEMBRO	27,44	21,90	22,37	16,33	8,83	11,70	14,27
OUTUBRO	28,22	21,47	20,99	15,30	9,91	13,07	14,45
NOVEMBRO	29,06	23,99	22,43	16,42	10,60	14,34	15,48
DEZEMBRO	23,35	18,29	17,86	12,78	8,17	11,80	12,12
JANEIRO/88	24,55	19,51	19,21	14,00	8,67	12,22	13,05
FEVEREIRO	29,17	20,93	21,03	15,52	10,45	15,37	14,96
MARÇO	29,34	22,04	24,14	15,84	11,52	15,42	15,84
ABRIL	28,48	21,79	23,61	17,20	11,52	16,14	16,16
MAIO	24,05	20,45	21,71	14,90	10,95	15,04	14,59
JUNHO	27,88	23,36	23,28	14,53	10,74	13,96	14,92

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO/IBGE

(\*) MÉDIA PONDERADA PELA PEA DAS SEIS REGIÕES METROPOLITANAS.

ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 9  
REGIÕES METROPOLITANAS  
TAXA DOS OCUPADOS COM MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO (PME/IBGE)  
JULHO 86 - JUNHO 88

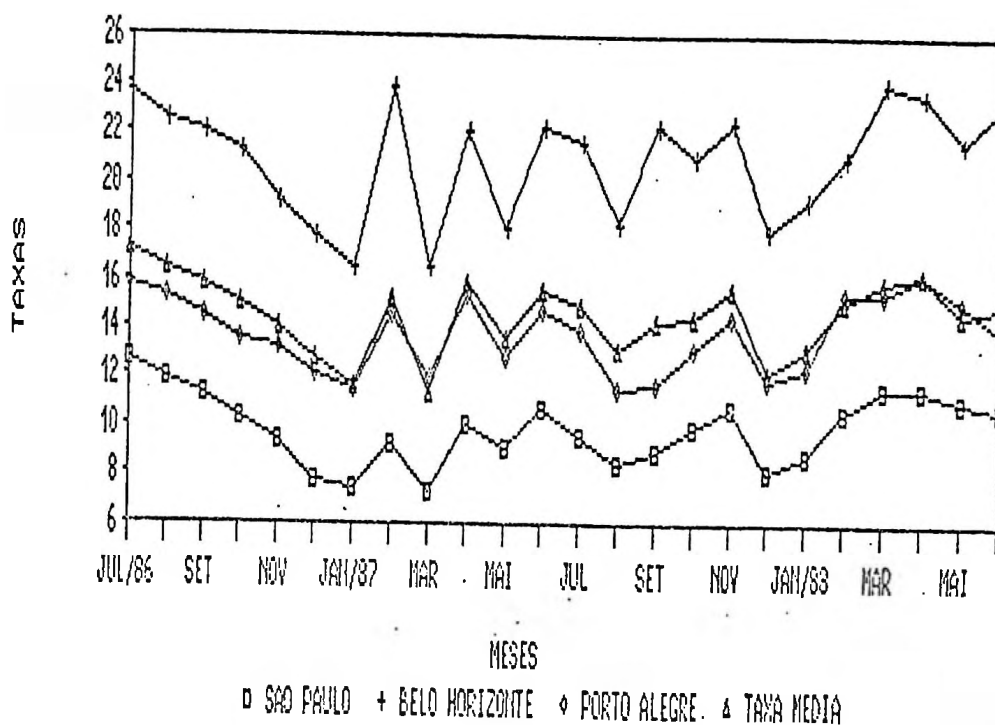


TABELA 10  
BRASIL  
EVOLUCAO DO SALARIO MINIMO REAL  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JANEIRO/1985-JUNHO/1988

MESES	ANOS			
	1985	1986	1987(*)	1988(*)
JANEIRO	11.067,86	11.434,73	11.371,07	10.529,06
FEVEREIRO	9.975,60	13.166,96	9.979,59	10.667,50
MARCO	9.073,37	13.204,65	12.369,31	10.675,79
ABRIL	8.356,00	13.148,12	10.226,04	10.496,81
MAIO	15.589,29	13.008,23	9.965,31	10.653,05
JUNHO	14.389,96	12.803,85	9.858,42	10.368,00
JULHO	13.072,72	12.767,99	8.967,87	
AGOSTO	11.712,58	12.587,85	9.616,92	
SETEMBRO	10.639,33	12.439,62	9.702,86	
OUTUBRO	9.650,16	12.264,01	9.625,83	
NOVEMBRO	15.222,40	11.873,62	9.517,49	
DEZEMBRO	13.151,06	11.069,37	10.021,07	
MEDIA	11.825,04	12.237,42	10.101,81	10.565,03

A PREÇOS DE JUNHO/88  
DEFLATOR: INPC COM EMPRESTIMO COMPULSORIO  
(\*) A PARTIR DE AGOSTO UTILIZA-SE O PISO  
NACIONAL DE SALARIOS INSTITUIDO PELOS  
DECRETOS-LEI 2351 E 2352 DE 07/08/87  
ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 10  
BRASIL  
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (DEFLATOR INPC/IBGE)  
JANEIRO 86 - JUNHO 88

